

PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO



NÚMERO 39
MARÇO 2010
R\$ 15,00



Aonde vamos?

Muda o padrão migratório no Brasil

SÃO PAULO: Que fim levou o sonho feliz de cidade

AMAZÔNIA: A caravana sem fim movida a grandes obras

ENTREVISTA: André Urani propõe uma saída para a "encrenca metropolitana"

ELEIÇÕES: Novos temas e protagonistas tensionam a supremacia do *marketing*

GERENTES ATÉ
A MEIA-NOITE E DOIS
CARTÕES PLATINUM
COM A MESMA SENHA.
ENTENDA VOCÊ TAMBÉM O VALOR
DE TER OS SERVIÇOS VAN GOGH.



Gerentes das 8h até a meia-noite, 365 dias por ano.
Conte com assessoria pessoal, por telefone, pelo Portal de Investimentos e até por um programa de rádio.



2 cartões Platinum, um Visa e outro MasterCard, com uma única senha e a possibilidade de você escolher o limite de cada um, e até 10 adicionais.

Superlinha (opção 9): 4004-3535 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800-702-3535 (demais localidades).
Oferta de cartões válida apenas para clientes Santander. Sujeito a análise de crédito no momento da contratação.



Andréa Gouliart e Fernando Assinato contaram com assessoria imobiliária num domingo, quando decidiram comprar seu apartamento.

Se você já é cliente, converse com seu gerente ou acesse www.santander.com.br/vangogh. Se ainda não é, procure uma de nossas agências e conheça a diferença de ter os Serviços Van Gogh. **Junte-se a nós.**



 **Santander**

VAN GOGH

Valorizando ideias por uma vida melhor.

Para fora da caixa

O mito do crescimento bem que cabe para as cidades. Assim como a Economia Ecológica derruba a ideia de crescimento ilimitado, as grandes metrópoles brasileiras deparam-se como nunca com seus limites físicos. A ilusão da “cidade grande” desmancha-se com a fumaça desses centros que se desindustrializaram e agora precisam desenvolver novas vocações.

Uma tendência seria a de ocupar o vazio deixado pela fábrica com uma usina imaterial de ideias, conceitos, criatividade e serviços que projete as metrópoles para fora da caixa, como centro irradiador de inovação – assim como fez o próprio berço da Revolução Industrial, Londres.

Enquanto isso, as indústrias se espalham para outras praças e assim configura-se no País um padrão migratório mais descentralizado, que atrai gente para médias e pequenas cidades em diversas regiões. Esses lugares têm nas mãos a valiosa oportunidade de promover uma ocupação ordenada e mais sustentável que as grandes metrópoles não tiveram – submetidas que foram a um ritmo voraz de crescimento econômico, a partir de meados do século XX.

Há muitas lições deixadas pelo caminho mostrando o que não fazer. A Amazônia, por exemplo, vive mais um surto migratório, como sempre movido a grandes obras e ciclos econômicos de *boom* seguido por colapso, que atendem muito mais a interesses externos à região que aos de dentro dela.

No desenho de um tipo de ocupação que acomode bem as novas dinâmicas populacionais e atenda aos anseios de quem fica e de quem sai, é fundamental criar um planejamento de longo prazo e instituições de governança resistentes às trocas de poder. Como diz o economista André Urani, em entrevista nesta edição, não devemos ficar à espera de grandes soluções nacionais, porque as soluções são locais. Elas podem e devem ser desenvolvidas em um âmbito participativo, democrático e transparente.

Boa leitura

PAGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



COORDENADOR Mario Monzoni
COORDENADORA-ADJUNTA Rachel Biderman

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle
REPÓRTER Carolina Derivi

EDIÇÃO DE ARTE Vendo Design
Dora Dias (editora de arte e ilustrações), Leandro Furini,
Marcius Marques, Mauricio Marques,
Michel Rodrigues (tratamento de imagens)
www.vendoeditorial.com.br

EDITOR DE FOTOGRAFIA Bruno Bernardi
REVISOR José Genulino Moura Ribeiro
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Ana Cristina D'Angelo, Eduardo Shor,
Elisa Almeida França, Eric Tohver, Filipo Cecílio, Flavia Pardini,
José Eli da Veiga, Maria Lutterbach, Maristela Bernardo, Natália Suzuki
ENSAIO FOTOGRÁFICO Bruno Bernardi

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)

MARKETING
COORDENAÇÃO Jorge Saad / Aiuê: conteúdo relevante
(11) 3807-7084 / jorge@aiue.com.br

COMERCIAL E PUBLICIDADE Tupinã Assessoria de Comunicação Ltda
Júnior Tupinã (11) 2597-0090 / (11) 8202-4825
junior@tupina.com.br

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Alameda Itu, 513 - CEP 01421-000 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / redacao@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22

IMPRESSÃO NeoBand Soluções Gráficas
DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição

CONSELHO EDITORIAL
Aron Belinky, Cynthia Rosenberg, José Carlos Barbieri,
José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi,
Ricardo Guimarães, Roberto Waack

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores expressam a visão de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista de PÁGINA 22 e do GVces.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares



Fontes Mistas
Grupo de produto proveniente de florestas bem geridas, fontes controladas e madeira ou fibra reciclada
www.fsc.org Cart no. BV-COC-08725
©1996 Forest Stewardship Council

A REVISTA PÁGINA 22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS



PÁGINA 22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADERIU À LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO – EXCETO IMAGENS – DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.



Notas	8
Entrevista	12
Abertura	18
Eleições	23
São Paulo	24
Crônica	29
Amazônia	30
Coluna	37
Retrato	38
Relato	44
Análise	48
Última	50

"As grandes cidades precisam se convencer de que não estão condenadas a crescer", diz o economista André Urani

A ilusão da metrópole se desfaz, muda o padrão migratório no Brasil e pede uma nova organização socioespacial

Artigo inaugura observatório mensal sobre a campanha de 2010, a sustentabilidade e a política

Três personagens e uma cidade, que 57% dos habitantes deixariam se tivessem a oportunidade

Onde as migrações oscilam ao sabor das grandes obras, no vaivém de ciclos, de booms e de colapsos

O depoimento de uma emigrante brasileira no país onde um a cada quatro residentes é forasteiro



18

Com a linha Ekos, a Natura inaugurou negócios baseado numa pergunta simples:

um modelo de fazer por quê?



Observando a natureza e a maneira como tudo nela se relaciona, a Natura aprendeu que para tudo existe um porquê. Isso nos motivou a lançar, em 2000, a linha Natura Ekos. Com ela, apresentamos ao consumidor o porquê de desenvolver produtos mantendo a floresta em pé e produtiva. O porquê de pesquisar

os ativos da floresta preservando a tradição das comunidades que lá vivem. O porquê de ter responsabilidade socioambiental. Nesses 10 anos, 1.714 famílias de 20 comunidades foram beneficiadas, colaborando para a preservação da floresta. Esses são os nossos porquês. E essa é a nossa maneira de valorizar as riquezas da nossa terra e da nossa gente. E de contribuir para a conservação dos patrimônios natural e cultural brasileiros.



[ESPAÇO URBANO]

O portal das cidades

O morador de Itabira (MG) José Luiz de Araújo pretendia aumentar a área útil de pedestres em uma das principais praças da cidade, melhorando a sinalização e alterando o sistema de trânsito das ruas que para ali convergem. A sua proposta ganhou visibilidade na mídia local e foi encaminhada pela prefeitura após ser apresentada no Cidade Democrática (www.cidadedemocratica.com.br), um portal digital dedicado a cidadãos e entidades que desejam melhorar a qualidade de vida de um lugar.

O Cidade Democrática funciona como uma rede social virtual, na qual uma pessoa ou instituição se cadastra e pode registrar um problema de sua cidade. Outros participantes podem apoiar a causa, discordar, comentar ou propor soluções para aquela questão. Esse é o pontapé inicial para uma mobilização e o desenvolvimento de uma ação mais concreta.

A ideia da ONG paulistana Instituto Seva, responsável pelo portal, é utilizar a internet para estimular o exercício da

cidadania e promover o diálogo entre o poder público, o setor privado e a sociedade civil.

Em Jundiaí (SP), a ausência de ciclovias foi um tópico que mereceu atenção. Depois do primeiro post inserido no Cidade Democrática, surgiram mais 70 comentários de outros interessados no debate. Essas pessoas se organizaram e levaram a reivindicação ao poder público. A prefeitura, então, prometeu revisitar, este ano, um plano ciclovitário que já existia.

De acordo com Henrique Parra Filho, do Instituto Seva, o Cidade Democrática contribui para que os governos identifiquem as demandas mais atuais dos habitantes de uma região. "A plataforma consegue dar um diagnóstico dinâmico da cidade. Muitas vezes, a gestão pública não sabe como as pessoas se sentem de verdade em relação a um problema", explica.

Desde o seu lançamento, em novembro de 2009, a rede obteve o cadastro de mil participantes e registra mais de 300 problemas e 355 propostas. — por Natália Suzuki

[AVIAÇÃO]

Do aterro para o tanque

Enquanto boa parte da indústria de aviação busca combustíveis alternativos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, a British Airways achou matéria-prima no lixo. A companhia anunciou em fevereiro que a partir de 2014 vai misturar querosene produzido à base do lixo municipal de Londres com querosene de aviação tradicional e, assim, cortar suas emissões. O plano é que, até 2050, 10% de todo o combustível usado pela British Airways venha dessa fonte. A fornecedora será uma empresa americana que, a exemplo de projetos no Brasil que obtêm energia do chorume do lixo, vai transformar os resíduos primeiro em gás e, depois, em combustível líquido. As autoridades ainda vão aprofundar os testes para garantir a segurança de voos que usem o novo combustível, mas uma coisa é certa: material é o que não falta. A British cita estimativas de que a produção de lixo orgânico em Londres chegue a 3 milhões de toneladas por ano. — por Flavia Pardini



[MERCADOS]

Dois trilhões de externalidades

Quanto custam as externalidades – emissões de carbono, poluição, sobrepesca e exaustão de outros recursos



naturais – causadas pelas atividades das maiores companhias do mundo? Justamente porque são consideradas externas ao mercado, elas raramente são quantificadas e os recursos comuns continuam sendo dilapidados. Para estimar o tamanho desses custos, as iniciativas das Nações Unidas para o meio ambiente (Unep) e para Princípios de Investimento Responsável (PRI) encomendaram um estudo – que deve ser divulgado em maio. Mas o jornal inglês *The Guardian* antecipou a cifra: US\$ 2,2 trilhões foram os danos causados pelas 3 mil maiores empresas com ações negociadas em bolsa do mundo em 2008, o equivalente a um terço do lucro médio das companhias. Assim como a estimativa de que todos os benefícios oferecidos pela natureza valeriam US\$ 33 trilhões por ano, feita pelo pesquisador americano Robert Costanza em 1997, o cálculo deve causar polêmica. Mas o importante para as Nações Unidas é dar instrumentos aos investidores para que pressionem as companhias a reduzir seu impacto. Os Princípios para o Investimento Responsável são voluntários e contam com 335 signatários, entre grandes investidores, como fundos de pensão, e gestores de ativos. (FP)

[RECURSOS NATURAIS]

Sushi sem atum?

Para preservar um dos recursos comuns mais caros ao homem – um bom filé de atum –, a Europa discute a proibição total, a partir de 2011, do comércio internacional de bluefin tuna (*Thunnus thynnus*), uma de oito espécies de atum, que movimenta uma das mais lucrativas indústrias da pesca e satisfaz amantes de sushi e sashimi em todo o mundo. Segundo a Comissão Europeia, os estoques de atum no Mar Mediterrâneo diminuíram em 85% desde 1950 e há poucas chances de a espécie sobreviver se não forem tomadas medidas. Os governos que compõem a União Europeia divergem sobre quais medidas adotar, mas devem chegar a um consenso no início de março e fechar proposta para levar à reunião da Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas, prevista para meados de março, em Doha. Para pesquisadores da Stanford University (http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/02/12/peak_tuna), o mundo já atingiu o pico da pesca do atum. (FP)

Menor Custo Operacional

sustentabilidade nos resultados

Eficiência Energética

Eficiência Ambiental



A MGD é uma ESCO (Energy Services Company) que se diferencia pelo desenvolvimento e implantação de Projetos de Eficiência Energética com Balanço da Redução Equivalente nas Emissões de CO₂.

Indústrias, Comércio e Serviços, Concessionárias e Setor Público.



11 3864-3755
www.mgd.com.br

[ENERGIA]

Solar e popular

Passada a crise econômica – ao menos por enquanto –, a construção civil está a toda no Brasil. Com ela, aos poucos se desenvolve em alguns estados um segmento mais “verde” da economia: o aquecimento solar de água, hoje presente em apenas 1,78% das residências. Crescendo a 17% nos últimos anos, o setor se beneficia de medidas governamentais – ainda que pontuais – que determinam ou orientam a implantação de sistemas solares em habitações para a baixa renda.

Em São Paulo, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do estado (CDHU) estabeleceu no ano passado um novo padrão para suas construções, em que o aquecimento solar é regra. Entre 2009 e 2010 devem ser concluídas cerca de 35 mil unidades. Também estão sendo entregues 11,3 mil

equipamentos solares doados pela CPFL e pela EDP Bandeirante – as distribuidoras são obrigadas, por um programa da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a investir 0,5% de sua receita operacional líquida em eficiência energética, a fim de reduzir a demanda.

Com o mesmo objetivo, a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) trabalha com o aquecimento solar desde os anos 1980. Mas a maior expectativa do mercado atualmente é o programa Minha Casa, Minha Vida, com o qual a Caixa Econômica Federal pretende construir 1 milhão de habitações – e no qual está



incluso o financiamento do equipamento solar. Só que o número de unidades “solares” até agora não passa de 9 mil, pouco mais de 3% do total. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a portaria que autoriza de fato esse financiamento só saiu no fim de fevereiro. A expectativa, agora, é alcançar 40 mil habitações entre 2010 e 2011.

Hoje, em mais de 70% dos lares brasileiros é o chuveiro elétrico que aquece o banho, consumindo em horário de pico por volta de 18% da energia gerada no País. O cálculo está no livro *Um Banho de Sol para o Brasil*, de Délcio Rodrigues e Roberto Matajs, editado pela ONG Vítae Civilis em 2004. Segundo o engenheiro mecânico Sérgio Colle, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estima-se que cada chuveiro elétrico instalado custe, para a sociedade, entre US\$ 900 e US\$ 2.000 em geração, transmissão e distribuição de energia. –

por **Elisa Almeida França**

FALA, LEITOR *Histórias e ideias de quem lê* PÁGINA 22



Sair do marketing puro e fazer a aliança da sustentabilidade com o negócio. É o desafio que persegue Aline de Oliveira e a Natura, empresa onde ela ocupa a gerência de sustentabilidade há três anos. “Meu papel é alertar os tomadores de decisões sobre os impactos sociais e ambientais decorrentes delas”, explica a executiva, leitora de PÁGINA 22.

Vinda de uma experiência em outra empresa de cosméticos seguida de uma temporada de estudos na Espanha, com interesses voltados para o marketing de causa, Aline aliou seu desejo ao da Natura. “Houve uma sincronicidade. Eles procuravam uma pessoa para fazer esse link de forma sistematizada, eu também; foi um questionamento pessoal e profissional que me levou até a Natura.”

Referência em modelo sustentável de negócios no País e fora, a empresa acaba de completar 40 anos e está se planejando para a próxima década. A área da sustentabilidade ocupa lugar crucial nesses planos futuros. Aline destaca o projeto de colocar em cada embalagem de produto a emissão de carbono de toda a cadeia, um cálculo complexo que envolve desde o cultivo até o descarte final da embalagem. “É uma maneira de aprofundar a educação ambiental, fazer com que o consumidor questione nossos

próprios produtos, o que ele compra, o que a concorrência oferece”, afirma.

Engajar outro público na transformação ambiental – o de mais de 900 mil consultoras Natura somente no Brasil – é mais uma das tarefas da década. Um blog das consultoras instiga à participação, perguntando qual a empresa você imagina para o futuro, em que você pode colaborar na década vindoura e de que maneira; sugestões e críticas também são aceitas.

Projetos mais abrangentes de desenvolvimento na Região Amazônica – onde a empresa já trabalha com comunidades tradicionais responsáveis pela extração dos ativos dos cosméticos –, maior rigor na medição e controle do impacto de carbono e um canal mais direto para acatar propostas dos consumidores são novas missões para Aline e sua equipe. “Essa é a minha paixão e os desafios são imensos.” (ACD)

PÁGINA CULTURAL

por ANA CRISTINA D'ANGELO

O dia em que o Recife amanheceu gelado

A Queda de um Meteorito na praia de Boa Viagem pode ou não ser a causa de um estranho fenômeno meteorológico que atinge a capital de Pernambuco. O repórter de um programa da TV argentina vai até a “Veneza Brasileira” investigar como vivem e o que fazem agora os brasileiros – acostumados ao calor tropical – forçados a conviver com temperaturas que não passam dos 14 graus e uma chuva constante.

Com o tom da verdade documental, o diretor pernambucano Kleber Mendonça Filho nos leva longe em sua mais recente viagem absurda: o curta-metragem *Recife Frio*. Sob o pretexto da mudança climática radical e através dos olhos do repórter argentino, Mendonça Filho se depara com sua própria cidade, cultura, preconceitos, diferenças sociais.

O que mudou no Recife depois que ela amanheceu gelada e a nuvem cinza parece nunca mais sair? O diretor pernambucano nos oferece reflexão e boas risadas nesta ficção filiada ao cinema



fantástico. A mudança é o filho do patrão ocupar o quarto da empregada, o menor e mais quente da casa! As coberturas da praia de Boa Viagem tornam-se o pior lugar para se viver. Estão todas à venda, expondo a especulação imobiliária às avessas.

E os recifenses, coitados, para onde vão agora que o tempo não está mais pra praia? Para os shopping centers, ora bolas! Em *Recife Frio*, a mudança climática só muda o clima. O curioso é que a premissa encontra ressonância entre alguns estudiosos do clima. Os que tentam tirar do homem a responsabilidade pelo aquecimento do planeta.

Ali no filme, o diretor usa o clima como pretexto para expor a prevalência do dinheiro e o consumismo como pilar de uma sociedade. Mas também aponta para o caminho do coletivo. No final, uma roda de pessoas dança uma ciranda, cantada por Lia de Itamaracá. *Minha ciranda não é minha só, ela é de todos nós, ela é de todos nós*. Trilha indicada para reuniões políticas para decidir o futuro do clima (o nosso).

Cartoneiras na América

Pela primeira vez, as editoras cartoneiras da América Latina se encontraram. Eloisa Cartonera (Argentina), Sarita Cartonera (Peru), La Cartonera (México), Dulcinéia Catadora (Brasil), Mandrágora Cartonera (Bolívia), Yerba Mala (Bolívia), Animita Cartonera (Chile) e Yiyi Jambo (Paraguai) mostraram seus trabalhos a convite da Universidade de Madison, Wisconsin, EUA. Foi um encontro ocorrido no fim do ano passado entre os fazedores de livros com capa de papelão colhido nas ruas e os estudiosos desse movimento que se alastrou pelos países latino-americanos. Neste 2010, acaba de aportar nas dependências da Dulcinéia Catadora, na Vila Madalena, em São Paulo, um embornal com 80 exemplares do livro/cartilha editado pela universidade americana, fruto dos debates realizados em Madison. *Akademia Cartonera*, editado pela professora Ksenija Bilbija, traz uma pluralidade de vozes sobre arte, papelão, realidade latino-americana, literatura, exclusão social. Atenção: as alternativas de inclusão e cidadania que as editoras

apresentam estão se espalhando. O livro será lançado em breve neste Brasil.

Sambão de rainha

Sambão pra não ter dúvida e botar pra quebrar. São sete mulheres que se reuniram para criar o grupo *Samba de Rainha*, mostrando que ele não tem gênero. Cantando samba, fazendo samba, as meninas transformaram sua paixão em (motivo de) vida. O grupo lançou dois CDs e é um dos mais populares de São Paulo, tocando regularmente em casas como Traço de União e Bar Brahma, além de se apresentar em projetos como Boteco Bohemia (São Paulo, Belo Horizonte, Uberaba e Brasília), Espaço Brasil Telecom (Brasília) e Virada Cultural (São Paulo). Nos shows, além de chamar a atenção do público com suas próprias composições e versões singulares de canções de grandes nomes da música, reverenciam suas origens e influências

prestando homenagem às rainhas do samba: Clara Nunes, Alcione, Beth Carvalho, Leci Brandão, Dona Ivone Lara e Clementina de Jesus. Memória e reinvenção.

Eu Menti Pra Você

Primeiro disco solo da cantora e compositora pernambucana Karina Bühr é uma miscelânea de sons e letras que tratam de guerra, amor, política cultural, solidão e até o hábito de estourar plástico bolha. Karina é líder da banda pernambucana Cumadre Florzinha, já tocou com Eddie, DJ Dolores e Orchestra Santa Massa e nos maracatus de Pernambuco. Radicada em São Paulo, participa também do Teatro Oficina, como cantora, percussionista e atriz. No cinema, colaborou em diversas trilhas sonoras, como em *Baile Perfumado*, *Narradores de Javé* e *A Máquina*. Ouça www.myspace.com/karinabuhr





Volta por cima

Antes de tudo, reconhecer a queda: admitir que o antigo modelo de metrópole foi superado. Em seguida, levantar e sacudir a poeira: por pior que seja o quadro, não esmorecer. E então dar a volta por cima: reinventar as grandes cidades, fazer florescer suas vocações, descobrir as lideranças que vão arregimentar forças em uma nova direção, e construir esse futuro de forma participativa e transparente. O economista André Urani toma emprestado de Paulo Vanzolini o mote para propor uma reinvenção das metrópoles brasileiras,

que se desindustrializaram, perderam sua identidade, mas ainda não preencheram esse vazio com o desenvolvimento de novas frentes. Sócio-fundador do Instituto Brasileiro de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets) e escalado para dirigir o Instituto Natura, a ser lançado em breve, Urani propõe a criação de uma megalópole entre Rio e São Paulo que atue como um portal de conceitos e ideias brasileiras para o mundo, por meio do qual o país totalmente terceiro milênio cantado por Caetano Veloso ressurgja, aglutine e seja um vetor do que há de melhor em termos de vanguarda e inovação.

Segundo uma apresentação sua de poucos anos atrás, não existe desindustrialização no Brasil, mas sim uma mudança de vocação de nossas metrópoles. O que está acontecendo é uma migração das indústrias para as áreas periféricas das metrópoles, atraindo as pessoas para essas franjas e esvaziando as áreas centrais? Vamos por etapas. No mundo como um todo, da mesma maneira que cidade tem a ver com comércio, metrópole tem a ver com indústria. A primeira grande metrópole foi Londres. Marx n' *O Capital* se refere a Londres como a metrópole industrial. Depois, muitas outras cidades se tornaram metrópole, quase todas em torno da indústria. É o processo de industrialização que tomou corpo no século XIX, e se espalhou pelo mundo no século XX, que tem a ver com a metropolização. Quanto mais tarde se iniciou esse processo, mais virulento ele foi, de modo geral. O nosso foi um caso tardio e extremamente virulento. Como nos industrializamos muito tarde e tínhamos de fazer as contas com quem já tinha feito esse caminho antes, foram necessárias aqui maiores intervenções do Estado e isso criou distorções, desequilíbrios mais rápidos e violentos do que em outros lugares. Para se ter ideia, de 1940 a 1980, o crescimento brasileiro triplica, vamos de 40 milhões para 120 milhões de habitantes. E todos esses 80 milhões a mais vão para a cidade. A proporção de pessoas vivendo no campo e na cidade se inverte, fica 70% e 30%. Quem comandou isso foi São Paulo, de forma incontestada, o que não quer dizer que não tenha ocorrido em outras cidades. O que aconteceu no Rio de Janeiro nesse período foi devastador.

Óbvio que, quando se compara com São Paulo, tudo fica pequeno, então parece que a indústria só foi para lá. Não é verdade. No Rio, entre 1940 e 1970, o PIB industrial multiplicou-se por 12. É gigantesco. Toda a área de subúrbio do Rio vira cidade em meados do século passado por causa da indústria. Houve ainda metrópoles com crescimento tardio, como Belo Horizonte e Curitiba, que de alguma maneira tentaram evitar algum descompasso que já tinha acontecido no Rio e em São Paulo, do meu ponto de vista sem muito sucesso. Fato é que as maiores cidades brasileiras incharam de forma extremamente rápida e violenta em meados do século passado, por conta da industrialização. Você tinha um país que crescia a um ritmo acelerado, puxado pela indústria, centrado nas principais regiões metropolitanas, devido a um modelo muito preciso de acumulação guiado pelo Estado Nacional, que intervinha nos mais diferentes mercados, de câmbio, de trabalho, de crédito, distorcendo preços relativos. Essa distorção acabou criando um processo voraz de industrialização, e esse modelo implodiu. O modelo não foi sacaneado, ele implodiu.

No sentido de que não deu certo? Tomou-se uma decisão no Brasil de privilegiar a industrialização, que passava por reaparelhar o Estado Nacional e dotá-lo dos instrumentos para mudar a estru-

tura econômica, chamando tecnologias e capitais estrangeiros, elegendo setores estratégicos, colocando o Estado para agir diretamente em setores que não atraíam gente de fora, fortalecendo o capital nacional. Esse modelo nacional-desenvolvimentista teve um êxito extraordinário em mudar a cara deste país. Saímos de um país pobre e essencialmente agrícola para um país de classe média urbanizada, com uma economia diversificada, uma indústria importante, um setor de serviços razoavelmente bem estruturado. O custo dessa transformação foi o acúmulo de uma série de distorções econômicas e sociais. Por um lado, criou-se um Estado destrambelhado, com uma dívida imensa e enorme dificuldade de se financiar, que acabava provocando inflação ou dívida externa. Com distorções sociais importantes, porque, elegendo setores estratégicos, desprezavam-se os outros, e então houve enorme concentração de renda. Criaram-se tensões políticas muito graves. Um Estado poderoso não podia discutir muito democraticamente com todos. Isso implodiu, porque era uma ditadura, pela concentração de renda absurda, porque deixou de ter capacidade de se financiar, e aí criou a crise da dívida, a inflação elevada... o modelo ruiu. Não se pode dizer que não teve sucesso.

Em alguma medida ele mudou o País, mas os pressupostos do modelo implodiram.

Há 15 ou 20 anos, houve uma tentativa de promover reformas para voltar a ter um Estado menos interventor que no período de 1940 a 1980, com a abertura da economia. Isso obrigou os industriais que produziam aqui a competir com os que estavam fora do País e tinham tecnologia mais sofisticada e trabalhadores mais qualificados. A indústria teve de suportar um tranco muito duro. Muita

gente acha que o custo disso foi a desindustrialização. Eu digo que não foi bem isso. A indústria não se mandou para a China – alguma parte foi. Mas a grande parte foi para outras regiões metropolitanas, como Goiânia, Campinas, Vale do Paraíba.

Por que isso aconteceu? Para buscar custos menores. Porque era preciso competir. De uma hora para outra você se deparou com uma economia aberta.

Mas você podia competir sem mudar de lugar. Mas aí o sindicato não deixava reduzir o salário, por exemplo. Você falava do quão insuportável é se locomover em São Paulo, imagina o custo que tem para o Brasil carregar uma mercadoria até Santos e ser obrigado a passar pela Avenida dos Bandeirantes.

O aumento de restrições ambientais também foi um fator? Sim, isso apertou o cerco. Segurança... o fato é que se tornou muito mais vantajoso para o setor industrial produzir fora dos grandes centros metropolitanos. Grande parte da indústria perdida foi para regiões próximas a esses centros. Hoje se chega ao Porto de Sepetiba sem passar pela cidade do Rio de Janeiro.

E, hoje, quais são as novas vocações das metrópoles? A serem construídas.

Podemos dizer que a vocação é uma economia terciária, tecnológica, criativa? Essa questão de revocacionamento das regiões metropolitanas tem habitado a agenda política do Ocidente ao longo das últimas três décadas. Londres, que falávamos no começo, hoje é uma cidade exuberante e emprega menos gente na indústria, proporcionalmente em relação à sua população, do que o Rio de Janeiro. Ela é uma cidade desindustrializada. Mas Londres está mal? Não. Eles se reinventaram. Investiram em setores criativos, economia do conhecimento, serviços de qualidade, turismo. A receita de Londres serve para o Rio? Depende do quê. Barcelona também se reinventou e seguiu outro caminho.

Qual seria então a vocação do Rio? Existem várias possíveis, mas o principal é uma coisa que eu digo em um livro meu: *Trilhas para o Rio – Do reconhecimento da queda à reinvenção do futuro* (Ed. Campus/Elsevier). Você quer sacudir a poeira e dar a volta por cima, como diz Paulo Vanzolini? O verso que vem antes é *reconhece a queda, e não desanima*, esse é o ponto principal. Temos de reconhecer o tamanho do estrago, senão nunca seremos capazes de tomar medidas à altura das demandas para poder de fato se reinventar ou revocar essas metrópoles. Perdi metade desse livro para falar do tombo. As pessoas acham que sou pessimista, mas sou até otimista, porque, apesar de reconhecer o tamanho do tombo, eu não esmoreço.

O livro aborda São Paulo também? Sim, tem um capítulo que diz “não estamos sós, a crise é metropolitana”, que pega justamente o caso de São Paulo para mostrar a encrenca metropolitana.

E não estamos falando só de queda do PIB, certo? É encrenca em vários sentidos? Encrenca de perda de identidade. O Rio de Janeiro não deixou de ser apenas capital do País, deixou de ser mais um monte de coisas. No caso de São Paulo também, e tem muito a ver com a indústria. A cidade ainda tem muitas indústrias, mas muito menos em relação ao que tinha há 30 anos.

São Paulo pode não ter mais a indústria física em seu território, mas ainda está ligada às indústrias... Sim, mas para mim, você, um amigo nosso, nós que vamos ali tomar um chope na Vila Madalena, fica até melhor morar em São Paulo trabalhando em serviços ligados à indústria, e está lá longe. Mas o peão que foi para São Paulo procurar um emprego ficou a ver navios, quer dizer, nem navio ele tem para ver em São Paulo. Para nós é muito cômodo, eu tenho internet em casa e no escritório e consigo me comunicar com a fábrica, eu não preciso estar nela. O tamanho do emprego na indústria não caiu, ao contrário. Nem sequer o peso da indústria caiu, o problema é que ela se mandou de onde estava. Então, no espaço de uma geração, milhões de pessoas que saíram dos estados pobres e migraram para as grandes cidades em busca

de alguma coisa... o gato comeu, e isso gera um ressentimento muito grande. Dado que a indústria não volta mais para a Zona Leste de São Paulo, o que faremos com essa gente?

Que tipo de atividade elas têm e que as mantém lá? Muita gente faz bicos. Em São Paulo, 49,5% da população adulta não tem o equivalente ao Ensino Fundamental. E há muitos setores dinâmicos e sofisticados como consultoria, serviços financeiros e de saúde, muita coisa ligada a *design*, a moda, tem várias coisas acontecendo em termos de reinvenção de São Paulo. Mas que oportunidade isso gera?

Exatamente o que eu ia perguntar: essa sofisticação não acaba reforçando uma exclusão social, pois requer uma formação que as pessoas não têm? E assim elas não conseguem emprego por não possuir qualificação? Primeira coisa, o futuro não é como era antigamente. Passamos uma geração inteira sem crescer e as pessoas ainda estão coladas a um futuro muito antigo, essa coisa de “vamos construir fábrica”. Não estou dizendo que não se deve construí-las... Eu aprendi com um velho professor que todo problema complicado tem uma solução simples, e ela está errada. Se você achar que um problema complicado tem uma solução simples, continue procurando, porque você não a encontrou. A solução não está no passado. O Rio não vai se resolver recuperando a capital, São Paulo e Rio não vão se resolver atraindo a indústria de volta. Temos de pôr a cabeça para funcionar e inventar algo novo. E se não podemos olhar para trás, olhemos para o lado. Barcelona fez um caminho, Bilbao, outro, a Filadélfia, um terceiro, e por aí vai.

Isso tudo está em aberto? “A construir” significa que ainda não se tem ideia do que fazer ou já se começa a tatear caminhos? Tudo está muito incipiente. Por exemplo, a Zona Leste de São Paulo. O que pode ser o futuro de lá? Serviços? Que tipo de serviços? O que pode ser inventado para as pessoas que lá estão? Difícil. Imagine que, em Barcelona, três anos depois dos Jogos Olímpicos, em 1995, eles resolveram lançar um olhar sobre algo até então ignorado, a periferia deles. A periferia industrial de Barcelona, há 15 anos, era um lugar inóspito, feio, cheio de galpões abandonados, com desemprego gigantesco, um bando de jovens à toa, gangues, drogas, violência... Então vamos tentar entender esse lugar e inventar o futuro. Em 1995, criaram o programa @22 (*referência ao século XXII*), com o objetivo de transformar aquele pedaço de chão num lugar dinâmico, moderno, fundado nas novas tecnologias, criando espaços verdes, chamando o setor privado. Sabe qual era a meta deles em 1995? O ano de 2025. Eles se deram 30 anos de tempo. Eles reconhecem que com menos de 30 anos não seria possível dar uma resposta a esses problemas todos. Qual política pública no Brasil hoje tem 30 anos? Como é que você se planeja para, em democracia, fazer uma política de 30 anos? Para poder transformar de fato o território é preciso uma geração toda. Temos no Brasil um problema de governança no seguinte sentido: as instituições não foram desenhadas para dar conta desse tipo de

problema. Há 20, 30 anos, essas cidades todas de que falamos também não davam. Mas eles foram capazes de inovar e criar instituições para isso. Em democracia, temos um problema de desenho institucional. Enquanto formos limitados a estruturas de governança estanques, estaremos presos nessa armadilha. Como mudar isso? As respostas são as mais diversas possíveis, mas com pontos em comum. Primeiro, são todas experiências democráticas. São participativas, em que se chegou a um pacto entre o setor público e o privado. São instituições transparentes, do ponto de vista da prestação de contas, e capazes de se financiar – não só através de tributos, mas de mercado –, e de fazer projetos.

Não tem nada parecido acontecendo no Brasil? Tem algumas pequenas experiências ainda incipientes, e muita coisa *fake*, essa coisa do *copy and paste*, de você não saber o que está copiando, não adicionar um mínimo de inteligência...

O que tem de interessante? Teve um projeto no Grande ABC, conduzido pelo saudoso Celso Daniel, capaz de fazer uma série de coisas interessantes em torno daqueles sete municípios, começando pela questão dos mananciais da represa Billings. Mas ali se padeceu de uma liderança que foi assassinada... ele era a liderança do processo. Mas, ainda que seja louvável, é muito pouco diante da necessidade de renovação institucional. Tem muita coisa acontecendo em termos de revitalização das grandes cidades. Seja no Rio, seja em São Paulo, há uma efervescência gigantesca no campo da sociedade civil que dá margem a coisas desde “Sou da Paz” até o “Viva Rio”, passando pelo AfroReggae, por polos industriais, gastronômicos. Há muitos projetos, ideias, mas ainda não fomos capazes de transformar essas ideias em processo de transformação, de pensar a coisa de uma maneira mais ampla.

Enquanto a transformação não acontece, há ainda uma ilusão para os migrantes de que o Rio e São Paulo são cidades de oportunidades? Sim, e temos de desmanchar isso. Minha cidade natal, Turim, na Itália, tinha 600 mil habitantes em plena Segunda Guerra. E dobrou para 1,2 milhão em 1980. Eu nasci em 1960 e tinha horror à minha cidade, achava ela cinza, triste, industrial, preconceituosa. Em 1980, 180 mil pessoas trabalhavam diretamente na Fiat. Hoje ela emprega 12 mil, dividiu por 15 o número de empregados. A cidade encolheu para 900 mil habitantes, e é linda, alegre, colorida, tornou-se muito mais simpática. As grandes regiões metropolitanas têm de se convencer de que não estão condenadas a crescer, elas podem encolher, e isso pode ser muito bom.

Bom para as pessoas também? Também, pois vão encontrar mais oportunidades fora dali. Esse é um discurso complicado de fazer, podem achar que você está sendo antipático. Mas, se pegar um adulto de 30 anos, que tenha o equivalente ao Ensino Fundamental completo, as chances de ocupação dele são maiores fora da região metropolitana. Ele também pode voltar à escola. Existem ferramentas de educação de jovens e adultos que podem e devem

ser aproveitadas. Mas tem gente que não vai querer ou não vai poder. Para essas pessoas, é melhor tentar inventar uma nova vida em uma cidade onde estarão tão bem servidas em estrutura, acesso a serviços, mais oportunidades de trabalho, maiores possibilidades de colocar os filhos em uma escola decente, mais tranquilas do ponto de vista da segurança, menos tempo no trânsito. Foi o que aconteceu em Turim. As pessoas saíram e não voltaram. E hoje em dia há uma megalópole se conformando entre Turim e Milão, como há uma megalópole se conformando entre o Rio e São Paulo. É um contínuo de urbanização, mas feito de maneira anárquica, desordenada. O futuro de Rio e São Paulo deveria ser pensando conjuntamente no século XXI, existe um espaço para a megalópole brasileira. Não existe espaço para duas metrópoles globais nesse cantinho do mundo, disputando entre si a primazia da economia criativa. Tem alguma coisa em conjunto que podemos pensar.

Desenhemos uma megalópole aqui, 242 municípios, de Campos a Campinas, passando por Juiz de Fora, isso dá 0,97% do território nacional, 23% da população brasileira, 35% do PIB. Nesse pedaço de chão, você tem todas as indústrias que puder imaginar, as melhores e maiores universidades brasileiras, os maiores bancos públicos e privados, os maiores equipamentos culturais, os melhores hospitais. Esse pedaço de chão tem 92% do petróleo brasileiro antes do pré-sal, energia elétrica em abundância, toda energia nuclear, toda pesquisa em termos de biomassa, 1.200 quilômetros de litoral e 50 parques naturais. Isso tem tudo para ser líder mundial em dois setores que serão chave daqui para a frente: energia e sustentabilidade. Essa é uma oportunidade para escaparmos da maldição do BRIC, aquela coisa do Goldman Sachs que diz que seremos potência porque temos água doce, minério e capacidade de produzir e distribuir proteínas animais e vegetais. Se esse for o nosso futuro, podemos esquecer nossas cidades. Se quisermos dar sentido às cidades, temos de ser capazes de vender conceito, ideia, produtos com valor adicionado.

Qual é a vantagem da organização em uma megalópole? É criar instâncias de governança compartilhada e desinchar as metrópoles, ocupando essas cidades intermediárias de forma ordenada, preservando os ativos ambientais que existem aqui, como os resquícios de Mata Atlântica fundamentais para a diversidade da fauna e flora, poderemos nos posicionar no mundo de um modo competitivo em setores estratégicos. Por exemplo, trabalhar de forma interligada o petróleo com a biomassa, buscando formas de substituição, encontrar um caminho para isso e jogar em transporte de massa. Agora, quero voltar a uma questão que você colocou antes, de que não temos respostas prontas a respeito das vocações novas, porque isso, para dar certo, precisa resultar de algum processo de discussão. Você não impõe vocações. Esse processo de reinvenção das metrópoles do mundo teve lideranças, e não precisa ser uma liderança política tradicional. Tem de ser alguém que puxe para si a responsabilidade de liderar esse processo. E hoje ainda estamos com dificuldade de reconhecer a queda e ter alguém que assuma a liderança. Temos chances incríveis, a

Olimpíada, a Copa, mas que podemos jogar na latrina se isso se transformar numa coleção de pequenos projetos, sem discutir um verdadeiro processo de transformação da cidade. Por que são importantes os Jogos Olímpicos? Porque de alguma maneira se consegue sair da armadilha de projetos de curto prazo, para se amarrar a projetos de mais longo prazo. Em 2016, o prefeito talvez ainda seja o Eduardo Paes, mas o presidente não será o Lula e o governador não será o Sérgio Cabral. Então, eles são obrigados a fazer projetos para além de seus mandatos.

A formação de uma megalópole não repetiria os problemas de inchaço populacional, de ocupação desordenada, de não se desenvolver outras regiões do País? Chamar isso de “megalópole brasileira” é justamente para dizer que não é contra o Brasil, ao contrário. Não é separatista. Nos últimos 30 anos, o Brasil renunciou à sua vanguarda, à sua elite. Até 30 anos atrás, o Brasil era um país jovem, simpático, totalmente terceiro sexo, totalmente terceiro milênio, totalmente Terceiro Mundo, tinha o Hélio Oiticica, o Caetano, essa coisa da Tropicália, arrojada, inovadora, e isso se acabou de 1980 pra cá. Sempre teve muita desigualdade no País. A desigualdade até 1980 vinha acompanhada de mobilidade, as pessoas todas tinham a impressão de que o amanhã seria melhor do que o hoje. E de 1980 para cá, a desigualdade se manteve, mas a mobilidade parou. De repente se criou uma sociedade completamente dispar e injusta, com imobilidade total. Isso gera um rancor humano, principalmente de quem está por baixo. E fica parecendo que vanguarda é feia, que elite é feia. Nisso perdemos muitas boas cabeças para outros países, artistas, empresários, pessoas criativas. Isso até pouco tempo atrás. Mas temos de melhorar isso. Hoje se tem uma ascensão. Temos de nos conscientizar de que, para o Brasil se posicionar no mundo, são necessárias as “Isabela Capeto”, estou dizendo no campo da moda, no campo da música, da arte, do conceito, da ideia, da inovação. Para isso, é necessário investir na vanguarda, nas pessoas que têm capacidade de criar.

Essão as cidades que reúnem essas pessoas. Sim. Para isso, a megalópole seria como que um portal de conceitos e ideias brasileiras para o mundo. Que não precisam ser só daqui, mas que você precisa concentrar. Por exemplo, o Gilberto Gil, que está aqui. Ele é carioca? Não, ele é baiano. Mas ele precisa de um ambiente como este para que as coisas que ele necessita estejam disponíveis. Não será a banda larga no Recôncavo Baiano que vai resolver. Precisa ter um adensamento. Por que a megalópole não é contra o resto? Com todo o respeito, Belo Horizonte, Curitiba, Recife, Porto Alegre não conseguem reunir condições de juntar essa massa crítica que hoje existe aqui, em termos de produção de ciência, de arte. Por exemplo, a Natura aposta pesado na questão amazônica com a linha Ekos e está em Cajamar (*Região Metropolitana de São Paulo*),

com muitos projetos interessantes de desenvolvimento local nas comunidades produtoras. Isso não é possível se não tiver alguém investindo intensamente em inovação em termos de cosmético, com alguém trabalhando em *marketing* – e isso você só reúne em São Paulo ou no Rio. Não vai conseguir reunir essa massa crítica em Belém, com todo o respeito. E tudo isso gera bem-estar em Belém. Então não há contradição, e sim complementaridade.

Mas, antes da megalópole, há um problema metropolitano para resolver, não é? Os problemas não serão resolvidos no arco de um governo, mesmo que reeleito. Oito anos é pouco para resolver transporte, poluição, precariedade das moradias, falta de preparo das pessoas, precariedade da infraestrutura. Temos de inventar instituições capazes de dar conta do problema. Olha essa baía (*aponta da janela a Baía de Guanabara*), eu trabalho aqui há sete anos, com essa vista linda. Sabe quantas vezes mergulhei naquela água? Nenhuma, porque o prefeito daqui não investe nada para despoluir o Rio Carioca que deságua aqui na frente, porque ele não sabe se o prefeito de Niterói ou de São Gonçalo investe nisso também. Então fica todo mundo parado.

“Para dar sentido às cidades e escaparmos da maldição do BRIC, temos de vender conceitos e produtos com valor adicionado”

E haverá provas das Olimpíadas ali. Sim. Sem contar que existe um aterro sanitário, que está sendo desativado, que despeja metais pesados. Quanto tempo se leva para ter de volta os golfinhos ali? Um prefeito que começar essa obra não vai entregar isso. O setor privado tem interesse nisso, mas é preciso construir formas de governança capazes de aguentar o tranco da alternância no poder. Essa é a questão. Não precisamos esperar o

marco legal ficar pronto de cima para baixo, podemos construir a partir da mobilização dos governos locais, da iniciativa privada, da sociedade civil... é assim que se constrói. Há um grande conformismo, sinal de uma cabeça retrógrada que ainda temos, que espera soluções nacionais. As soluções não são nacionais, são locais. Tem apetite no setor privado, temos de sair da caixa. Não se revitaliza o Rio Pinheiros (*em São Paulo*) em quatro anos. Você não transforma aquilo em um lugar decente, para levar seus filhos para andar de bicicleta, e gostando da paisagem, em menos de dez anos – sei lá quanto tempo se leva para limpar aquilo. Sabia que a totalidade do esgoto de Guarulhos é despejada no Tietê? Tudo! Um milhão e meio de pessoas. É assustador. Esgoto *in natura*. Tem solução? Tem. Quanto tempo vai levar? Não dá para saber.

O senhor e o José Luiz Alquéres (presidente do Grupo Light e parceiro na ideia de formação da “megalópole brasileira”) têm conversado com os prefeitos das cidades? Sim, temos conversado. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Alguma hora cai a ficha, as pessoas são simpáticas à ideia, mas até transformar essa simpatia em projeto mesmo, falta alguma coisa. Enquanto isso, vamos circulando a ideia. 

Lugar ao SOL

A ilusão da metrópole se desfaz, muda o padrão migratório no Brasil e pede nova organização social e espacial, das cidades pequenas à megalópole

POR Amália Safatle # FOTOS Bruno Bernardi

Flores delicadas, pintadas à mão sobre o fundo cor-de-rosa, borboletas e ramagens se desenrolando em tons azuis e dourados. Assim ricamente decorada, a *Princesa da Primavera*, belo espécime da **Cow Parade**, quase atolou na lama e no verão paulistanos se não tivesse sido arrastada, pela força das águas, de um posto de gasolina na Rua Turiaçu, Zona Oeste da cidade. A última tempestade havia chegado tão rápido que não deu para os funcionários do posto amarrarem suas patas. Ícone do sagrado e cercada de mitologia, a vaca subitamente viu-se deslocada, e teve de ser rebocada na carroceria de uma picape para outro local, não especificado pelo noticiário daquele dia.

São Paulo é assim, feita de mobilidade quando atrai e expulsa gente, draga objetos pelas ruas e pessoas pelos córregos, ergue e derruba casas, lança tentáculos sobre os territórios à sua volta e neles se espalha, esparrama e dependura, sem pedir muita licença.

Exposição artística mundial, feita em lugares públicos, em que esculturas de vacas em fibra de vidro são decoradas por artistas locais. Em seguida, leiloam-se as obras e o dinheiro é revertido para entidades beneficentes

Também tem seu avesso, o da cidade estacionária. O trânsito parado, a imobilidade social, que congela a desigualdade e trava o acesso a oportunidades em um lugar onde se exige cada vez mais qualificação de uma população com poucas condições de melhorar sua formação educacional e profissional.

Quem migra está em busca de oportunidades objetivas como trabalho, renda, acesso a serviços e a bens de consumo e – em condições mais extremas – ao encaixo da própria sobrevivência. A mobilidade física faria, então, as vezes da mobilidade social que não acontece no local de origem, neste país ainda tão dispar.

Mas quem migra também vai em busca de um dever, pertencente a um amanhã desconhecido em que potencialmente cabe tudo – felicidade, sucesso, relacionamentos, realização, mudança, esperança e, quiçá, o esquecimento de um passado, a vida difícil, a labuta inglória.



Novos polos se formam em regiões do Centro-Oeste, Sul, Norte e da macrometrópole paulista

O Eldorado, a Terra Prometida, o Oriente, mais que lugares, são construções imaginárias, para o Bem ou para o Mal. Edward W. Said, na obra *Orientalismo*, mostra de forma magistral como o Oriente, antes de tudo, é uma invenção do Ocidente, que o reconhece sob o selo do exotismo e da inferioridade. De certa forma, construiu-se um dia um imaginário positivo para este Sudeste das grandes metrópoles, identificado como a terra das oportunidades. A Amazônia é outra dessas representações míticas que acenam com mais sonhos do que a realidade é capaz de entregar, como mostra reportagem à página 30.

“Temos de desmanchar isso”, diz o economista André Urani, em referência às ilusões e ao mito do crescimento de São Paulo e Rio, em entrevista à página 12. “As grandes regiões metropolitanas têm de se convencer de que não estão condenadas a crescer, elas podem encolher, e isso pode ser muito bom”, afirma o sócio-fundador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets).

“Socialmente, as grandes cidades chegaram a seu limiar”, diz Fausto Brito, professor associado da Universidade

Federal de Minas Gerais e pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar). “A grande pobreza no Brasil está hoje nas regiões metropolitanas, onde essas pessoas dependem de surtos de investimentos, como obras da construção civil, para arranjar trabalho.”

Segundo dados expostos em 2007 por Urani na apresentação *A encrência metropolitana e nova agenda de desenvolvimento brasileira*, as taxas de desemprego nas metrópoles brasileiras têm sido maiores do que no restante do Brasil, e há regiões metropolitanas em que o nível de indignância voltou a patamares pré-Plano Real.

A miragem da cidade grande, representação máxima da civilização e do progresso no Brasil, então se desfaz. Um novo padrão migratório se desenha. Ele não se aglutina mais em centros como Rio e São Paulo, e sim se espalha por suas franjas e se irradia em busca de novas plagas, como o Centro-Oeste, o Sul, as regiões de Campinas e do Vale do Paraíba, outras cidades da chamada **macrometrópole paulista**, e até o Norte. Aguardam-se, a partir de dezembro, os primeiros dados do novo Censo Demográfico, que vão trazer informações atualizadas. “Mas, hoje, quem assiste pela televisão às pessoas sofrendo com a cidade alagada ainda terá vontade de se mudar para São Paulo?”, pergunta Brito.

Desde 2000, a Região Metropolitana de São Paulo tem apresentado um saldo negativo de migração, compensada em parte pelo crescimento vegetativo, mas também em queda.

O apito final da fábrica

Nos últimos anos, essa mudança na dinâmica populacional se explica pela desindustrialização de São Paulo e Rio. Segundo Urani, após o voraz crescimento da indústria, que tanto atraiu gente, em especial do Nordeste e de Minas Gerais, até aproximadamente a década de 80, as metrópoles perderam esse parque fabril para outras regiões – que se tornaram mais competitivas economicamente e viraram novos polos de migração, entre cidades médias e pequenas.

E hoje como fazer para que a dinâmica das migrações na direção das cidades pequenas e médias seja ordenada? “Por exemplo, um cara da periferia da Zona Oeste do Rio de Janeiro, se ele soubesse que aquele emprego na indústria que ele esperava não estará mais disponível no subúrbio do Rio, e sim haverá um tão bom quanto em Resende (RJ), ele poderia ir diretamente para lá, e encontrar uma escola de qualidade similar para seus filhos, uma moradia melhor, um contexto de menos violência”, diz Urani. “Ele tem uma série de

Enquanto a população da cidade de São Paulo praticamente não cresceu de 2000 a 2007, cidades como Paulínia, Itupeva, Santana de Parnaíba, São Lourenço da Serra e Bertiooga tiveram taxa geométrica de crescimento anual superior a 4%, segundo o IBGE

dificuldades, e a primeira é de informação.”

Não é só isso. Segundo Eloisa Raymundo Holanda Rolim, diretora de planejamento da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), há cidades médias que passaram a atrair gente e a crescer, repetindo erros feitos pelas grandes cidades, por exemplo a construção de avenidas em fundo de vale. Esse tipo de construção foi muito implantado nos anos 60 e 70, pois eram os terrenos planos que sobravam na cidade em explosão imobiliária. Não é de hoje que se pode observar o problema que isso causa: impermeabilização de áreas que deveriam absorver as águas das chuvas, contribuindo para as enchentes que o paulistano conhece tão bem.

Enquanto isso, muitos dos que permanecem nas metrópoles sofrem em razão de oportunidades de trabalho limitadas e de uma perda crescente na qualidade de vida. O que será que ainda as prendem? (*Leia reportagem sobre São Paulo e alguns de seus migrantes à pág. 24.*) Como se sabe, essas cidades que incharam desordenadamente no boom industrial estão em colapso em termos de transporte público, habitação, educação de qualidade, saúde, lazer etc. Não bastasse isso, precisam destinar investimentos maciços para adaptação às mudanças do clima, em um cenário de intempéries cada vez mais intensas e frequentes.

Com a desindustrialização, o mercado de trabalho se sofisticou nas metrópoles. “Há uma certa ‘elitização’ dos empregos, para os quais se exigem requisitos mínimos. O balconista de uma loja, por exemplo, precisa saber operar um PC”, diz Eloisa

sa. “Há um gap entre a oferta e a demanda de mão de obra para funções mais qualificadas.” Em São Paulo, quase metade da população adulta não tem o equivalente ao Ensino Fundamental.

Com a valorização crescente dos imóveis nas áreas centrais da cidade, a população mais pobre foi empurrada para as bordas, e esse distanciamento as aparta também das possibilidades de ascensão, desfazendo aquela ilusão de migrar para conquistar mobilidade social.

“O espaço mais desprovido é o que recebe os migrantes mais pobres, num círculo perverso de localização dos menos qualificados, e com maior proporção de jovens em áreas onde qualquer melhora,

ainda que do ponto de vista físico-espacial, torna-se apenas uma remota possibilidade”, escrevem em um artigo as professoras Suzana Pasternak e Lucia Machado Bógus, pesquisadoras do **Observatório das Metrópoles** em São Paulo.

Nesse sentido, afirmam elas, “o espaço atua reforçando a mobilidade social descendente”. “A chamada ‘mobilidade circular’, que é apresentada por alguns autores como a alternativa possível de mobilidade social, hoje se apresenta apenas para a minoria mais qualificada, com alguma chance de substituir aqueles trabalhadores que, por morte, aposentadoria, promoção ou demissão, liberem alguma vaga no mercado de trabalho.”

E ponha descendente nisso, quando esse espaço, em termos

Instituto virtual de pesquisa e formação que reúne mais de 200 pesquisadores de 51 instituições dos campos universitário, governamental e não governamental, sob a coordenação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur), da UFRJ, e da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional



A volta dos que não foram

Em movimento paralelo à menor atração das metrópoles, Fausto Brito, da Universidade Federal de Minas Gerais, cita a queda no crescimento vegetativo da população nordestina e mineira, reduzindo assim o contingente de migrantes. “Há uma perda de importância do Nordeste como região expulsora”, completa Raul Silveira Neto, da Universidade Federal de Pernambuco. Um trabalho ainda preliminar realizado por ele e pelo economista Carlos Azzoni, diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP,

indica que o Bolsa Família influi na decisão de não migrar – mas não na de retornar.

O que ainda se prevê, diz Silveira Neto, é uma migração intrarregional do Nordeste, do campo para as capitais. Isso porque 27% da população nordestina ainda é rural, e tende a sair por conta de um grau crescente de escolarização e do aumento da tecnologia no campo. “Isso já aconteceria independente de um movimento de expulsão ligado à mudança climática”, afirma.

A mudança do clima, porém, introduz

uma variável muito grande, pois pode levar o Nordeste a perdas de até 11,4% no PIB, no cenário mais pessimista desenhado pelo estudo (*mais em pagina22.com.br/index.php/2009/10/viver-perigosamente*).

Segundo o estudo *Mudanças Climáticas, Migrações e Saúde: Cenários para o Nordeste Brasileiro 2000-2050*, elaborado pela Fiocruz e pela UFMG, quase 500 mil pessoas no Brasil deverão migrar em razão da seca no Nordeste e da transformação do Semiárido em uma região árida.

Uma proposta é desinchar as metrópoles e ocupar cidades intermediárias de forma ordenada

geológicos, é tão suscetível à força da gravidade. Segundo o geólogo e consultor Álvaro Rodrigues dos Santos, ex-diretor de Planejamento e Gestão do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), o crescimento explosivo da população nas bordas de São Paulo a partir da metade do século XX levou a uma ocupação, sem nenhum critério técnico de construção, de terrenos não só com o relevo cada vez mais acidentado, mas também mais suscetível à erosão. Chamados de solos de alteração de rochas cristalinas, são 100 vezes mais erodíveis que os das regiões centrais da metrópole – denominados de solos superficiais laterizados e solos argilosos dos sedimentos terciários.

Não bastasse os riscos de vida implicados nesse tipo de ocupação, ela leva à perda de solos, ao assoreamento dos rios e, conseqüentemente, às enchentes. Segundo Santos, a perda média de solos por erosão na Região Metropolitana de São Paulo está estimada em algo próximo a 13,5 metros cúbicos por hectare/ano. Isso leva até 8,1 milhões de metros cúbicos/ano de sedimentos à rede de drenagem. “Como resultado, boa parte da rede de drenagem natural e construída perde até mais de 50% de sua capacidade original de vazão”, explica.

Uma nova alegoria

Há propostas na praça para encontrar saídas que contemplem a ocupação dos trabalhadores, o revocamento das metrópoles e das cidades, a organização espacial da sociedade.

Uma delas, defendida por Urani, do Iets, é a formação planejada de uma megalópole brasileira, compreendendo os 242 municípios entre Rio, São Paulo e Juiz de Fora (MG). “A vantagem disso é criar instâncias de governança compartilhada e desinchar as metrópoles, ocupando essas cidades intermediárias de forma ordenada, e preservando os ativos ambientais que existem aqui”, diz ele. E fazendo desse novo território um polo irradiador de inovação para o mundo.

Para Brito, da UFMG, é preciso resgatar aquilo que estava na concepção original das cidades, criadas primordialmente como espaço de convivência pública. “Hoje elas não são mais o lócus de convivência, e sim o palco de conflitos permanentes”, diz.

Mas há canais que reatam os laços e promovem a sociabilidade e a espontaneidade, criam novas territorialidades e desafiam



estruturas sedimentadas de poder e de imobilidade social no espaço urbano. É o que demonstra o geógrafo Alessandro Dozena, ao debruçar-se em estudos sobre uma intensa manifestação cultural brasileira: o samba.

“A estética do samba engloba o improviso, a ginga, a resistência às normas e ao que é disciplinador”, diz Dozena, autor de *As Territorialidades do Samba na Cidade de São Paulo*. Assim, **desafia o ideário nacional de progresso e trabalho que teve São Paulo como representante máximo dentro do “projeto modernizador brasileiro” e hoje se vê imersa em problemas de toda magnitude e uma crise de identidade.**

“Em uma perspectiva geográfica, o samba permite cada vez mais a configuração de ‘contraespaços’ dentro das ordens sociais majoritárias, tanto na escala das relações cotidianas quanto nas escalas mais amplas”, diz ele. Essa manifestação – que não aparece na mídia, interessada apenas na indústria espetacularizada do Carnaval – está nos bairros, nos galpões, nos viadutos, o ano inteiro.

É espontâneo e sociável, porque com quase tudo se faz samba: da caixinha de fósforos nasce um chocalho, de uma tampa ou prato surge um agogô, de um balde cria-se uma timba. Embora sua produção possa ser simples, trata-se de uma musicalidade complexa, que requer grande entrosamento para que o ritmo se expresse harmonicamente.

“A roda de samba requer cumplicidade e, quem não toca dança, quem não dança canta ou segura a criança, quem não canta assiste. Eis possivelmente uma das razões pela qual o samba seja gregário, facilitando as demarcações de território e de grupos sociais”, afirma.

Essa demarcação foi tão clara que é possível contar a história da migração e da expansão de São Paulo por suas escolas e grupos de samba. Enquanto poucas escolas, como Vai-Vai e Camisa Verde e Branco, continuam no Centro, outras 32 estão na Zona Leste e 20 na Zona Norte, sinalizando o espraiamento da população menos favorecida para as periferias, para as quebradas.

A própria palavra “quebrada” sugere um rompimento com a cidade estacionária e impermeável, com os velhos modelos, com aquilo que ruiu e já não oferece mais oportunidade. Da quebra com tudo isso é que pode surgir um novo desenho de alegoria, que se mova de forma dinâmica, vibrante, radiante. A quebrada vira um lugar ao Sol.

O ensaio geral

A cultura política que se nutre da tradição das campanhas ultrapersonalizadas e da supremacia do *marketing* será **tensionada por novos temas e protagonistas**

Outro dia, um amigo que mora num bairro da periferia de São Paulo me disse que está ouvindo por lá muitas conversas que estimulam, no boca a boca, o voto nulo de alto a baixo: presidente da República, senadores, deputados federais e estaduais, governadores. É cedo para dizer se isso vai crescer ou restringir-se à ira de um grupo inexpressivo, mas indica o desânimo generalizado em relação à política e a percepção alastrada de que ela é, principalmente, um canal para a corrupção e para o desvirtuamento do interesse público.

O calendário eleitoral de 2010 segue o seu ritual, impávido. De 10 a 30 de junho devem ser realizadas as convenções partidárias para escolha de candidatos e decisões sobre coligações. Até 5 de julho, as candidaturas devem ser registradas. A partir de 6 de julho, será permitida a propaganda eleitoral. Em 17 de agosto começa a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, indo até 30 de setembro. Finalmente, no dia 3 de outubro acontecerá o primeiro turno das eleições. E, no dia 31 de outubro, o segundo turno, onde couber.

Na prática, a campanha presidencial está na rua desde o ano passado, puxada pelo presidente da República, empenhado em colocar sua candidata num intensivão, contando com o privilégio nada desprezível de poder utilizar (e criar) oportunidades oficiais e recursos públicos para circular pelo País. E pelo exterior, como mostrou a desastrosa tentativa de alçar a ministra da Casa Civil à liderança da política ambiental brasileira em Copenhague. Deu errado, porque ela não decorou bem o papel, apesar do exército de assessores. E, ao tentar alijar agressivamente o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, do contato com a mídia, acabou se expondo demais e denunciando sua falta de intimidade com o assunto.

Foi uma trapalhada, mas quem se importa? Há, certamente, a convicção de que isso não pesa na eleição interna. De fato, parcela ínfima da população sabe o que se passou em Copenhague ou detém muitas outras informações importantes para decidir seu voto. Além disso, nossa democracia formal, consolidada em instituições e ritos, não bate com a cultura política, avessa a regras universais e à ingerência do interesse público em estratégias de poder.

De qualquer forma, 2010 será um ano de embate. Essa cultura política, que se nutre da tradição das campanhas ultrapersonalizadas e da supremacia do *marketing* sobre o debate de propostas e ideias, será tensionada pela entrada de novos temas e novos protagonistas. O episódio de Copenhague aqui lembrado é sintoma dessa tensão, na medida em que revela o reconhecimento de que será preciso enfrentar questões que fogem ao ramerrão superficial de sempre.

Do ponto de vista político, o cenário será o pior possível, se vingar a tese da “eleição plebiscitária”, o que significa um tira-teima francamente maniqueísta entre os governos Lula e Fernando Henrique, que interessa mais à visão patrimonialista da política

do que à sociedade. Em lugar de projetar o País para um debate sobre o futuro, que vai além desses dois grupos políticos, quer-se concentrar a energia da eleição no tal do plebiscito, que, se valesse para alguma coisa, deveria ser para evidenciar os inúmeros erros que ambos cometeram. A começar pela incapacidade de empreender mudanças estruturais no modelo de governabilidade e na prática político-partidária.

No cenário deste momento, Marina Silva e Ciro Gomes, este último, em termos, atrapalham o arrastão plebiscitário. Que, aliás, padece de um problema conceitual. **Não dá para falar em plebiscito entre PT e PSDB, em sim ou não, quando a grande força política do País continua sendo o PMDB, que é sim e não.**

Internet e televisão

E a internet, cumprirá o seu destino de embaralhar as cartas, turbinando os debates reais e mobilizando militâncias? O seu papel na eleição de Barack Obama dificilmente se repetirá por aqui, mas, mesmo que o efeito não seja o mesmo, pode vir a ser um diferencial, especialmente para quem não dispõe de recursos e tempo de TV fartos.

A TV continuará sendo a grande caixa de ressonância. O desafio de uma candidata como Marina Silva será transformar o seu minuto em ouro, ou seja, terá de acertar o alvo diariamente para provocar a discussão de seus temas e propostas na seara dos gigantes com os quais disputa.

Serão quase 132 milhões de votantes em outubro. O que decidirão? Estamos apenas no ensaio geral, os blocos ainda não estão explicitamente na rua. **PÁGINA 22** acompanhará bem de perto este ano tão instigante, procurando identificar as inovações, as polêmicas, os compromissos, as alianças e forças capazes de fazer com que tenhamos algo sustentável a comemorar a partir de outubro, qualquer que seja o candidato vencedor.

Com este artigo, PÁGINA 22 inaugura uma seção especial mensal destinada a acompanhar e a provocar discussões sobre sustentabilidade na política brasileira e no processo eleitoral deste ano



São Paulo **Limitada**

Que fim levou o sonho feliz de cidade, quando
57% dos habitantes **dizem querer deixá-la**

POR Ana Cristina d'Angelo e Maria Lutterbach

Realizado em 1965, *São Paulo S/A*, o filme de Luiz Sérgio Person, tratava do desejo de um rompimento com a vida burguesa, limitada ao trabalho e acumulação de bens, e de um embate com a melhor representação disso, a cidade de São Paulo. Mas o personagem central, Carlos, interpretado por Walmor Chagas, vivencia esse dilema e não rompe com uma nem com outra situação. Decide encarar São Paulo, seus medos e desejos e todos os paradoxos envolvidos na trama desse que é considerado um clássico do Cinema Novo.

Qualquer semelhança é mera coincidência com os tempos de agora, o que também atesta a perenidade do filme de Person. Sem a pujança da década desenvolvimentista dos anos 1950 nem a torrente de imigrantes que recebeu de lá até os idos dos 60 e 70, São Paulo continua lugar de sonhos e oportunidades para muitos e hostilidades e desilusões para estes mesmos muitos.

Mas, quando a cidade para literalmente em razão das chuvas, pessoas morrem afogadas na periferia, a luz acaba em bairros de classe média ou uma pesquisa aponta que mais da metade da população sairia de São Paulo, se pudesse, um alerta geral se instala. É uma situação-limite? Que fim levou o sonho feliz de cidade?

As chuvas escancaram ainda mais a fragilidade da distribuição de renda, da habitação e do sistema de transporte, aumentando a desconfiança de que o poder público possa realmente administrar o lugar-símbolo do progresso e desenvolvimento no Brasil. A **pesquisa** Indicadores de Referência de Bem-Estar (Irbem), realizada pelo Movimento Nossa São Paulo, mostrou que 57% dos entrevistados disseram que sairiam de São Paulo, se houvesse a oportunidade. Mas quem tem esta oportunidade? E por que as pessoas continuam em São Paulo?

A satisfação geral com a qualidade de vida na cidade ganhou nota 4,8 entre os ouvidos na Irbem. O coordenador-executivo do Nossa São Paulo, Mauricio

"São Paulo é um lugar para se passar. Não me vejo morando aqui por muitos anos"

Broinizi Pereira, contemporiza os resultados. “O cotidiano é difícil, pesado, não é uma cidade que faz as pessoas acreditarem em qualidade de vida, leveza. É um lugar caro, com muita desigualdade social, o que cria uma tensão, mas existem muitas coisas interessantes, como as oportunidades de trabalho, cultura, lazer e renda. Acredito que a pesquisa mostre que mesmo os que gostam de São Paulo mantêm o senso crítico. Provavelmente esses 57% deixariam a cidade com pesar em relação a diversas coisas.”

São 15 temas sobre qualidade de vida com 170 questões ao todo, entre elas a pergunta fatal que mostrou o desconforto dos 57%.

Meu nome é trabalho

Saindo do maniqueísmo do “ame-a ou deixe-a”, o levantamento traz uma satisfação relativa com trabalho, renda e perspectivas na carreira – os pilares da atração para os migrantes da capital. Dos entrevistados, 55% disseram estar satisfeitos com o trabalho atual, perspectivas futuras e crescimento na carreira. Não é mais o dado arrebatador do celeiro de empregos e dinheiro, mas sugere de alguma forma o que mantém as pessoas na cidade.

Gilvandro Freitas, vindo de Remígio, cidade de 25 mil habitantes no interior da Paraíba, é uma delas. Segundo ele, a rotina de porteiro na região da Consolação vale mais a pena do que a antiga profissão de vaqueiro, na terra natal. “Aqui, se o cabra quiser, consegue juntar dinheiro, nem que seja um pouquinho”, afirma.

Para aumentar a renda e se preparar para a chegada do primeiro filho, ele decidiu usar as férias, em fevereiro, trabalhando em um estacionamento. O bebê nasce em julho, mas Vando, como é chamado no prédio, só vai conhecê-lo em

2011, quando tira férias de novo e volta a Remígio: “É o mais duro de pensar”.

Há pouco mais de um ano na capital paulista, Vando levou dois dias e meio de viagem de carro, na companhia do irmão, que vinha insistindo no convite há tempos. “Só aceitei quando tive a oferta de emprego no prédio, mas vim pensando em voltar para lá, ter minha casinha e montar algum negócio para o futuro”, conta Vando, que até então não conhecia nenhuma outra grande cidade além de João Pessoa. O tamanho de São Paulo assustou Vando, e o frio também.

Um medo novo que vem crescendo entre os habitantes de São Paulo é o de alagamento. Antes reduzidas a regiões periféricas, as enchentes aparecem como temor de 28% dos entrevistados na pesquisa Irbem. A mesma pergunta, no ano passado, amedrontava apenas 8% das pessoas.

Com data de validade

Paula Santos, por enquanto, não teve tempo de pensar na chuva. Há três meses está em São Paulo, cavando um lugar ao Sol, junto com outros 68 mil migrantes que chegam à cidade a cada ano. Desembarcou num sábado e começou a trabalhar num *shopping center* na semana seguinte. Formada em Ciências Sociais em Natal, o plano final é fazer mestrado em Antropologia e buscar trabalho na área, mas o tempo anda curto para estudar.

Dividindo um apartamento com quatro meninas na Rua Augusta, “no olho do furacão”, como ela diz, Paula acha que sua estadia tem data de validade. “Acho que São Paulo é um lugar para se passar. Ou você gosta ou odeia. Eu gosto, mas não me vejo morando aqui por muitos anos. Vai ter uma hora que vou cansar e querer sair, mesmo que depois volte para mais uma temporada”, diz.

Maurício Broinizi lembra a sedução que a cidade exerce sobre os mais jovens, o sonho da realização profissional, o crescimento na carreira e o enriquecimento. “Mesmo os migrantes, depois de instalados na cidade, se deparam com a pujança econômica, vitrines, custo de vida alto e ambicionam ter mais que um simples emprego. Mas a história de tirar a sorte grande não é como antes, quem está no mercado vê seus limites e não vive muito mais de ilusão”, afirma.

Entre os dez aspectos com maior índice de satisfação apurados pela pesquisa estão a relação com os amigos, a família, o uso da internet, as campanhas de vacinação, o relacionamento amoroso, a prática religiosa, o trabalho e a carreira. Curioso que, talvez, apenas os dois últimos guardem uma relação mais direta com a cidade.

Na outra mão, entre os tópicos que mereceram os piores índices de satisfação estão a honestidade dos governantes, a punição à corrupção, a transparência dos gastos públicos, a participação popular na administração municipal, a segurança no trânsito, o respeito ao pedestre e a distribuição de renda.

➡ O nó górdio do transporte e da habitação

Especialistas em urbanismo defendem o investimento em transporte coletivo e a urbanização de bairros de baixa densidade demográfica como prioridades dos governos que administram São Paulo. Pontos nevrálgicos da cidade expostos nas pesquisas – no cotidiano de ricos e pobres – voltam ao debate neste momento em que as eleições se aproximam.

A tragédia dos moradores do Jardim Pantanal, na Zona Leste, por exemplo, evidencia a necessidade de um projeto de urbanização antes da simples remoção de populações das áreas de várzea. “Remove primeiro e ‘depois’ vai resolver. ‘Depois’ é nunca! Entendo a posição dos moradores do Jardim Romano que não estão querendo sair, porque primeiro é preciso construir o bairro novo, perto”, diz Raquel Rolnik, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. “As pessoas têm direitos constituídos naquele lugar e o reconhecimento do direito de posse está lá também, está tudo definido e legislado, mas não se aplica. Porque, se for levar até as últimas consequências, remover essas famílias das várzeas, quero saber se nós vamos remover tudo que está em várzea, o Alto de Pinheiros, por exemplo”, questiona



Nome: Paula Santos
Natural de: Natal
Onde mora: bairro Bela Vista
O que faz: atendente de loja

Rota de fuga

Quem pode tem feito um meio-termo entre o que existe de pior e de melhor em São Paulo. Broinizi lembra o fluxo de paulistanos que optam por viver em cidades próximas, mais palatáveis, conjugando qualidade de vida e

as possibilidades de trabalho da capital. Para isso, a internet cai como uma luva, mesmo com uma conexão 3G que, às vezes, deixa a desejar, ressalva Ana Cristina Ayer, rebatizada Índigo, por vontade própria, assinatura de seus 22 livros de histórias infantojúvenis.

Raquel, que também é consultora das Nações Unidas para o direito à moradia adequada, em seu *blog* na internet.

O ex-vereador de São Paulo e mestre e doutor em Estruturas Ambientais Urbanas pela USP Nabil Bonduki aposta que a ocupação de bairros de baixa densidade, onde a mobilidade pode ser facilitada, é uma das medidas cabíveis para a cidade. Lugares como Vila Maria, antigas regiões industriais, como também Vila Leopoldina, parte da Barra Funda e Lapa de Baixo, poderiam receber a implantação de um transporte coletivo de massa em integração com a linha férrea. “Temos de adensar algumas áreas para liberar outras, mas é preciso qualificar a região”, afirma. Nesse sentido, a reforma e a ampliação dos corredores de ônibus são fundamentais no processo de reurbanização da cidade. A expansão do metrô é bem vista pelos urbanistas, mas se faz necessária maior discussão sobre para onde o sistema está crescendo. [1]

TOME NOTA

1 Leia mais sobre as propostas dos urbanistas em: www.nabil.org.br e www.raquelrolnik.wordpress.com



Nome: Índigo
 Natural de: Campinas (SP)
 Onde mora: Juquitiba (SP)
 O que faz: escritora
 de livros infantojuvenis

Índigo é das que efetivaram a rota de fuga talvez sonhada pelos 57%. Sem colocar o plano no papel, quase no susto, ela vislumbrou a ideia de deixar a megalópole e debandar para a roça. Dois meses depois de conhecer o terreno a pouco mais de uma hora de São Paulo, próximo à cidade de Juquitiba, ela já estava em silêncio, convivendo com plantas e bichos que não faziam parte de seu repertório urbano. “Foi meio meteórico, não passou muito pelo racional. Acho que, se a gente pensasse demais, não viríamos”, conta ela diretamente do Sítio Pau-d’Alho, onde vive com o marido há pouco mais de um ano.

Como que encantada pelo admirável mundo novo, passou a postar anotações bem-humoradas sobre a relação com a fauna e flora do lugar no seu *blog* (www.diariodaodalisca.zip.net), que também ganhou outro batismo – Vida no Campo – desde a grande virada. Na esteira do

diário, a vida virtual de Índigo mantém-se quase intacta, mesmo com a distância.

“Embora eu esteja fora de São Paulo, meu trabalho todo está lá. Agora é possível migrar fisicamente, mas estar em dois lugares ao mesmo tempo”, diz a campineira que viveu 12 anos em Sampa, mas nunca se entendeu bem com a cidade. “Achava que era um lugar necessário para começar minha carreira. Era onde as coisas aconteciam, mas olhava para a cidade como algo com data pra acabar. Com o passar do tempo, as reuniões ficaram cada vez mais escassas e eu já trabalhava só em casa. Quando vi que era possível cair fora, saí.”

Formada em jornalismo nos Estados Unidos, Índigo foi morar em São Paulo porque considerava necessário participar do burburinho literário para dar impulso à carreira: “Foi uma época superimportante para conhecer as pessoas e ver como funciona esse mundo

da literatura, que só se conhece frequentando”. Para manter a rede de contatos tecida durante tanto tempo, a *web* foi a salvação da lavoura.

Sem precisar romper com o mundo do trabalho, a adaptação à vida rural também pareceu mais suave. “Quando você continua trabalhando conectado, recebendo e-mail, não sente tanto. Então não é tão radical essa questão da mudança do tempo, porque a internet consegue furar qualquer barreira”, diz. No balanço da história, Índigo aprendeu a abrir a caixa de e-mails “apenas” algumas vezes por dia, em vez de mantê-la no ar o dia todo.

Para usar o Correio convencional e reciclar o lixo, ela precisa percorrer 11 quilômetros (5 em estrada de terra) até Juquitiba. Já as compras de supermercado e os serviços de banco, só esticando a viagem até São Lourenço, a 20 quilômetros. “Nenhuma das duas cidades tem tudo que a gente precisa, então resolvemos coisas diferentes nas duas”, conta.

Ou, como alguém já disse, o melhor lugar do mundo pode ser aquele em que não estamos.

"Agora é possível migrar fisicamente, mas estar em dois lugares ao mesmo tempo"

Propostas para um dia de chuva ou sol

Artista inglês sugere **33 atitudes irreverentes** capazes de mudar a visão das pessoas em relação à cidade e, especialmente, a seus restos

Três de fevereiro não foi muito diferente da maior parte dos dias de janeiro: choveu em São Paulo. Há algum tempo, a água deixou de ser visita-surpresa para se tornar uma espécie de companheira – nem sempre grata – do morador da cidade. Um cafezinho no escritório às 4 da tarde, e lá está a primeira nuvem no horizonte, sorrindo-lhe cinza. Às 5, lanche na padaria com o segundo pingo escorrendo-lhe, simpático, atrás da orelha. Fila para pagar o estacionamento, às 6; o terceiro, o quarto, o quinto. Em poucos minutos, todos os pingos do mundo.

Dizem que os jornalistas correm atrás da notícia. E em São Paulo essa expressão pode ser interpretada ao pé da letra, ainda que a letra esteja com água pelos joelhos. Pois, juntamente com a chuva, vem o engarrafamento mais intenso. Três de fevereiro foi dia da palestra do artista inglês Joshua Sofaer, no Centro Cultural São Paulo, às 19h30. Para chegar ao local, o jornalista que vos escreve partiu do Itaim Bibi, às 18 horas, pouco depois do temporal.

Em geral, o trajeto é simples. Meia hora de ônibus até uma estação de metrô, mais 20 minutos pelos subterrâneos, até o destino desejado. Naquele dia, em meia hora, o ônibus não andara nem metade do percurso até a estação. E a distância que faltava acabou sendo percorrida à sola de sapato, até o metrô, em longos 40 minutos de subida. O jornalista chegou às 19h40, incrivelmente a tempo de assistir à palestra desde o começo.

Motivado pelo programa de residências Artist Links, do Consulado Britânico no País, que proporciona intercâmbio entre artistas da Inglaterra e do Brasil, o palestrante passou um tempo em terras e chuvas brasileiras para estudar melhor a questão do lixo em

São Paulo. Ele pesquisou a fundo os sistemas de coleta e tratamento do que é descartado, e elaborou 33 propostas para a solução de problemas relacionados ao tema na cidade.

Lixo e trânsito não combinam, pois os restos que são jogados fora sem o menor cuidado entopem bueiros, empocalham as ruas e contribuem para as enchentes, complicando a vida de pedestres e motoristas. Muitas das propostas de Sofaer são apresentadas em tom lúdico. Mas o bom humor é apenas estratégia para debater questões sérias.

O inglês lembra que, no México, certa vez foi registrada a queda de um meteorito de 22 toneladas. Segundo os números que forneceu, cada cidadão de São Paulo descarta 850 gramas de lixo por dia. Com uma expectativa de vida média de 70 anos, são cerca de 22 toneladas de lixo produzidas ao longo de toda a existência da pessoa. “Não existe registro de um meteorito desses no Brasil”, afirma. Assim, por exemplo, a sexta das propostas é esculpir um em alumínio, “como lembrança de nossas responsabilidades individuais”.

O artista concorda com um especialista que ouviu na visita feita ao **Museu do Lixo**. A tese é de que, se o cidadão tivesse mais orgulho de seu município, cuidaria melhor dele. E o problema de indivíduos que jogam lixo fora de maneira inadequada poderia ser menor.

Tanto que a oitava proposta promove a interação entre habitantes da capital paulista, restos e cidade. “Poderíamos estimular os moradores a compor a calçada na frente de casa com material de sucata. O lixo que costuma ser depositado sobre a calçada se transformaria em parte dela”, idealiza Sofaer.

A educação do povo também entra no



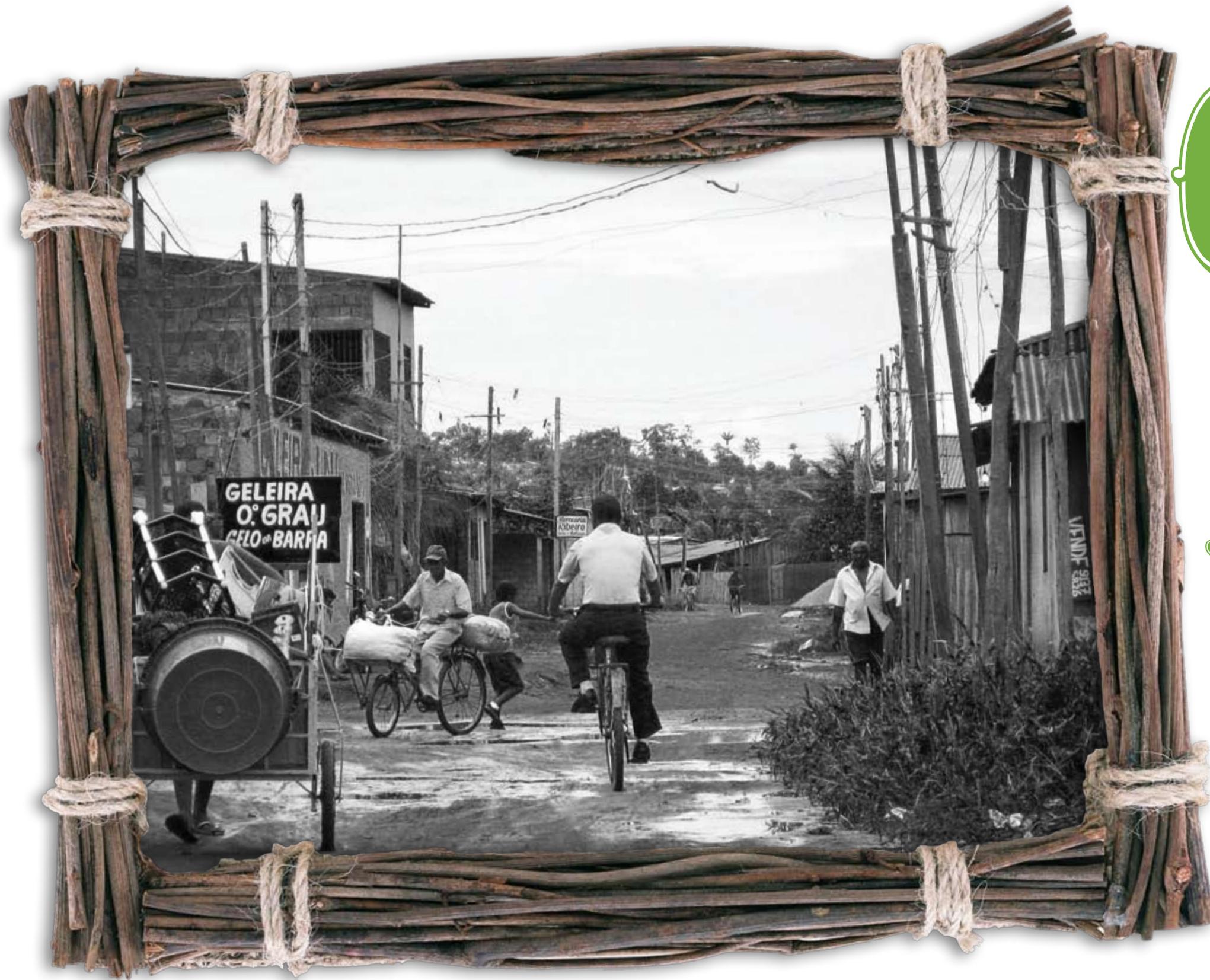
projeto. Entre as sugestões, nos livros didáticos, as crianças aprenderiam a contar com números relacionados ao volume de lixo endereçado aos aterros sanitários. Além disso, seriam promovidos passeios guiados, nos quais gente de todas as idades conheceria as etapas do descarte – da esteira de produção à fábrica de reciclagem.

As propostas do inglês buscam promover uma relação diferente das pessoas com o lixo, os processos de reciclagem e até mesmo as atividades do catador, na visão dele uma figura que se constitui no **flaneur** contemporâneo. No entanto, em sua versão atual, o homem que flana interage com o ambiente. No caso, cata detritos, sem somente vagar com rumo indeterminado.

As sugestões sobre o que fazer com o lixo acabam levando a outras. Uma delas é a vigésima nona, de renomear vias públicas. O objetivo seria estimular o debate sobre quem são modelos de cidadão que gostaríamos de ter, escolher os vencedores e rebatizar determinadas ruas com o nome deles. Há um projeto nesses moldes com previsão de se concretizar, no Porto, Portugal.

As 33 propostas do artista podem ser conferidas em sua totalidade no *site* de PÁGINA22. Constituem-se em meio de vagarmos também com rumo determinado. Um novo olhar sobre algo que ninguém deseja mais ver, ou muito menos sentir o cheiro. Mas cujo problema é preciso resolver: o lixo e as consequências da falta de cuidado com o seu destino.

Expressão usada pelo poeta francês Charles Baudelaire para designar o sujeito que anda pela cidade sem compromisso, observando o que se passa ao redor e vivenciando a experiência urbana



CARAVANA *sem fim*

A migração em massa provocada por grandes empreendimentos na Amazônia, como Rio Madeira e Belo Monte, repete a história de colonos pioneiros e **a busca de um desenvolvimento que nunca vingou**

TEXTO E FOTOS Carolina Derivi, de Altamira (PA) e Porto Velho (RO)

COLABOROU Filippo Cecilio

Lá, abacaxi é do tamanho de jaca. As árvores são mais altas do que aranha-céu e a gente topa em pedra preciosa ali na flor da terra. Lá todo mundo é rico, mas ninguém pode gastar essa riqueza toda. Mora tudo no mato, sabe como é que é? Floresta Amazônica! Nunca ouviram falar?”

É como se a epifania de Lord Cigano, personagem de José Wilker no antológico filme de Cacá Diegues, *Bye Bye Brasil* (1979), ainda ecoasse por lá. Como sina ou maldição. A ideia luminosa que o faz lançar novamente à estrada a sua Caravana Rolidei, trupe de artistas decadentes e itinerantes, tem o nome de Altamira: a Princesinha do Norte, o marco zero da vultosa Transamazônica, que enfim integraria todo o Brasil rumo ao futuro prometido.

Na ficção, como na realidade, dezenas de milhares de pessoas foram atraídas para a fronteira amazônica com ambições de todos os tamanhos. Riqueza, terra, trabalho, água. Em 2010, Altamira é novamente o nome de um espectro grandioso de progresso. Será a principal cidade na área de influência da terceira maior hidrelétrica do mundo, Belo Monte, licenciada pelo Ibama em fevereiro, depois de mais de 20 anos de controvérsia.

Segundo a estatal Eletronorte, serão atraídos para a região 96 mil migrantes. Se todos se instalassem em Altamira, seria o mesmo que dobrar a população atual, estimada pelo IBGE em 98.750 habitantes.

A repetição de um ciclo faz parecer que pouca coisa mudou na Amazônia através das décadas. Altamira, por sua vez, continua com graves carências em **saúde e educação**. Na chegada da reportagem, a cidade estava à beira de sua primeira epidemia de dengue. O único hospital particular estava fechado. E nos outros dois hospitais públicos, dizem os moradores, só se consegue atendimento em caso de vida ou morte.

Mais de um quinto da população tem menos de um ano de instrução ou nenhuma. Além da indefectível malária, 2 mil casos de hanseníase (lepra) foram registrados nos últimos cinco anos.

A história de ocupação cíclica baseada em invasão de terras públicas é narrada pelo aspecto de abandono dos imóveis, suas fachadas desbotadas pelo tempo e o clamor mudo de uma reforma. À exceção de uma casa, à beira do Rio Xingu, que se funde à paisagem tal qual um lustre de cristal numa tapera, com seu jardim florido, segundo andar envidraçado e uma lancha na garagem.

Em suma: à parte o glorioso título de quarto maior produtor de gado no estado do Pará, e uma incipiente produção de cacau, Altamira destaca-se por ser o centro mais diversificado de comércio e serviços num mosaico de municípios miseráveis.

O que mudou desde os anos 60 e 70, diz o professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (Naea/Ufpa), Luiz Aragon, foram dois elementos-chave da migração. O primeiro é que os gigantescos fluxos de colonos deixaram de ser ditados pela propaganda militar e pela lógica fundiária e rodoviária estabelecida pelo governo. Os chamarizes de hoje são os grandes projetos de infraestrutura. E, nesse quesito, Belo Monte não se diferencia em nada das suas irmãs siamesas, Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, em Rondônia. Ou de quaisquer outros empreendimentos de grande porte, públicos ou privados.

O segundo elemento é a origem das pessoas. A Amazônia não é mais o grande depositário dos conflitos de terra do Nordeste e seus retirantes, ou dos camponeses em lavouras malfadadas no Sul do País. “Hoje, a migração se processa principalmente dentro da própria região, entre os estados, do interior para o urbano. E daí para fora. É consequência do declínio dos investimentos, até do fracasso de alguns”, diz o professor, especialista em populações na Amazônia.

Isso significa que os filhos e netos dos colonos pioneiros ainda estão em marcha na região desbravada por eles. Inevitável o uso da palavra pré-histórica: são nômades. Herdeiros de uma dívida rolada indefinidamente pelo Brasil central, em busca das promessas que ainda pairam por lá. Riqueza, terra, trabalho, água.

Conta outra

A dinâmica de aquecimento e retração de migrantes é velha conhecida dos moradores de Altamira. Daí os presságios de progresso terem sido batizados pelos locais de “fofoca”. Basta perguntar a qualquer um na rua e o paciente interlocutor se põe a explicar: a primeira fofoca foi no final dos anos 80, quando surgiu



Raimunda Silva migrou no rastro de Tucuruí e, mais tarde, de Belo Monte

e rapidamente feneceu o complexo hidrelétrico de Belo Monte, então conhecido como Kararaô, graças à oposição indígena que ganhou projeção internacional.

Depois, no começo dos anos 2000, Belo Monte voltou a integrar a lista de projetos prioritários no plano Avança Brasil, de Fernando Henrique Cardoso. A suspensão do licenciamento ambiental determinada pelo Supremo Tribunal Federal, em 2002, botou Belo Monte para dormir novamente. É a segunda fofoca.

A terceira é agora, com a licença prévia finalmente concedida. Em todos esses momentos a população

creceu, estimulada ainda por boatos intermitentes sobre o asfaltamento da Transamazônica. De 1970 a 2009, a microrregião em que se insere Altamira passou de 25.750 habitantes para 316.630, segundo o IBGE.

Na comunidade conhecida como Invasão dos Padres, espécie de assentamento que teve origem nas missões católicas para catequizar índios, vive Raimunda Gomes da Silva, uma legítima representante da primeira fofoca.

Muito antes de aportar em Altamira, ela e o marido rumaram de Imperatriz, no Maranhão, para Tucuruí, no Pará, em 1973. Em boleia de caminhão, levavam uma “trouxa na cabeça”, sete filhos e ambição de um salário melhor para pedreiro no canteiro de obras da gigante hidrelétrica, que leva o nome do município.

Encontraram o sonhado emprego, passaporte para começar a construir uma casa no nascente bairro da Matinha. “No começo é muita grana, mas depois a desgraça é maior”, diz Raimunda. Foi quando ela e o marido perceberam que milhares de pessoas tiveram a mesma ideia, sobretudo homens solteiros com experiência em obras, os “peões rodados”.

A supremacia dos varões impunha às moças honestas um toque de recolher à noite. Aos domingos, dia de folga dos trabalhadores, era a clausura. Melhor nem sair de casa. A Raimunda restava ouvir as histórias sobre a rua dos cabarês, apelidada de “Escorre Água”, porque as brigas e os excessos dos peões endinheirados faziam a cerveja escorrer pela sarjeta como esgoto.

Às segundas, bastava uma visita ao mercado para encontrar três, quatro corpos pelo caminho, conta Raimunda. Aos retar-

Além de Altamira, inclui os municípios de Porto de Moz, Pacajá, Anapu, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Uruará e Medicilândia

Migração é sintoma de uma economia débil, com escassas oportunidades, diz pesquisador

datários, diz, nem o emprego vingava. A família foi ficando até que a barragem foi concluída e a água do reservatório subiu até muito próximo da Matinha, trazendo na enxurrada os insetos e as cobras. Quando a vida se tornou insuportável, já corria a notícia da construção da barragem do Xingu. Era 1986.

Em Altamira, o marido tornou-se pescador e a notícia da aprovação tardia da hidrelétrica não anima Raimunda em nada. É que sua casa está na área de influência do reservatório e, mais uma vez, a água vai expulsá-la. Antes de se despedir da repórter, ela profetiza: “A barragem é igual um ímã. Vai pregando gente, pregando gente. Esse povo que vai chegar agora vai rir muito no começo e chorar dobrado depois”.

As engrenagens da andança

Talvez Raimunda não saiba que esse ímã de gente não é exclusividade das barragens. Em toda a Região Norte, onde quase a metade da população está abaixo da linha da pobreza [1], a migração em massa provocada pelo simples boato de investimentos e empregos é um padrão.

TOME NOTA

1 Menos de US\$ 2 por dia, segundo critério da ONU. Saiba mais em www.imazon.org.br/novo2008/publicacoes/ler.php?idpub=216

Os problemas começam quando a multidão atraída para o ponto de aquecimento econômico é muito maior do que as localidades são capazes de comportar. Em agosto de 2006, a mineradora Onça Puma, empresa controlada pela Companhia Vale do Rio Doce, instalou-se na cidade de Tucumã (PA), oferecendo cerca de 1.800 postos de trabalho. Em março de 2007, o então prefeito Alan de Azevedo decretou estado de emergência, alegando “a deterioração das condições de governabilidade e sustentabilidade”.

“Com certeza mais de 10 mil pessoas já vieram pra cá. E continua aumentando. Não há mais vagas nos hotéis, nem casas para alugar”, disse Azevedo à época. A cidade, que contava apenas com sete policiais militares e nenhuma viatura, passou a enfrentar tráfico de drogas, prostituição, deterioração de ruas e avenidas, desmatamento e ocupação de terras públicas. A reportagem entrou em contato com o atual prefeito de Tucumã, Celso Cardoso, que não quis dar entrevista.

“É a repetição da história”, diz João Meirelles, autor do *Livro de Ouro da Amazônia*, que recupera toda a trajetória de ocupação da região. “E se repete porque as fronteiras abertas ficaram como chagas do País, nunca foram consolidadas do ponto de vista dos processos democráticos de acesso aos bens públicos. O Brasil sempre empurrou para a fronteira os deserdados. É para onde vão os famintos, os sem-terra, os sem-emprego, os sem-nada.”

Para Adalberto Veríssimo, pesquisador sênior do Instituto do

Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), o fenômeno das migrações é “sintoma de uma economia débil, que não consegue sair do ciclo vicioso do boom-colapso”, diz [2]. A debilidade se refere à dependência da economia amazônica de bens primários, de baixo valor agregado, que geram poucos empregos, sem diversificação. Além disso, as atividades clássicas, como a exploração madeireira e o agronegócio, são sazonais e também se deslocam no ritmo do esgotamento dos recursos naturais.

TOME NOTA

2 Nas áreas sob pressão do desmatamento ocorre um rápido aumento de emprego e renda, seguido de aumento do IDH. Quando a floresta se esgota, as atividades econômicas se dispersam para novas fronteiras e o IDH volta a cair. Mais em www.imazon.org.br/novo2008/publicacoes/ler.php?idpub=217



Maria Nilza, recém-chegada a Porto Velho, já passou por diversas cidades

É esse tipo de engrenagem que vem movendo a expansão das cidades na Amazônia, região que registrou o maior crescimento urbano do País nas últimas três décadas do século XX. O êxodo rural, e não o crescimento vegetativo da população, está na raiz de todo esse processo, diz um relatório técnico do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que compila estudos sobre a urbanização da Amazônia.

Embora Altamira seja o município de maior **extensão territorial** no mundo, o crescimento vertiginoso da população forçou o espalhamento para as bordas, que deu origem a novos municípios, tão carentes quanto os vizinhos. Nos anos 70, Senador José Porfírio e Porto de Moz. Na década seguinte foi a vez de Pacajá, Uruará e Medicilândia. E, finalmente, há pouco mais de dez anos, Brasil Novo, Vitória do Xingu e Anapu.

São 159.696 km², o equivalente a mais de 100 municípios de São Paulo



Na perspectiva do caos, o repúdio à hidrelétrica em Altamira

“As cidades que mais cresceram no Brasil inteiro são as intermediárias. O que acontece com países em desenvolvimento, e na Amazônia, principalmente, é que os serviços oferecidos não estão de acordo com as demandas da população. Uma razão é que a cidade cresce muito mais rápido do que a infraestrutura. Não há suficientes hospitais, escolas, policiais...”, explica Aragon, da UFPA.

Nesses casos, é difícil apontar quem sofre mais a sina da instabilidade, se o migrante ou a cidade que o recebe. Quando não encontra as oportunidades de emprego, renda e moradia para se fixar, boa parte desse contingente se põe em marcha novamente. Assim, a **cidade esvaziada** após o pico da migração corre risco de colapsar, sem atividades econômicas que sustentem uma arrecadação capaz de fazer frente às necessidades sociais.

Este é o suspense fundamental que paira sobre o ronco das máquinas à beira do Rio Madeira e sobre os carimbos de Brasília que preparam o leilão de Belo Monte para abril próximo. Os dois maiores empreendimentos da Amazônia desde a redemocratização do País encarnam o desafio de romper com o ciclo de ascensão e declínio, depois de concluídas as obras.

A pleno vapor

PÁGINA22 esteve em Porto Velho em julho de 2007 [3], logo após a concessão da licença prévia pelo Ibama. Hoje, a capital rondoniense é uma cidade transformada. O comércio informal que predominava nas janelas de muitas residências, bastando para isso a instalação de lonas e balcões improvisados, dá lugar a imensos magazines e lojas multimarcas com cheiro de tinta fresca.

TOME NOTA

3 Leia mais na reportagem “Novo Porto Velho” na edição 13 da revista em <http://pagina22.com.br/index.php/2007/10/novo-porto-velho/>

Um expoente é o novíssimo Porto Velho Shopping, uma antiga demanda dos moradores, com 150 lojas, 16 restaurantes e sete salas de cinema, incluindo a tecnologia 3D. As ruas agora se organizam com a multiplicação de semáforos e, com eles, veio a maior novidade para os porto-velhenses: a hora do *rush* – com os cumprimentos dos paulistanos.

Com os canteiros de obras extrapolando a barranca do rio para todos os cantos da capital, Rondônia concentra dois em cada três empregos gerados na Região Norte, a maioria na construção civil. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), 67% das vagas foram abertas só no ano passado.

A horda de migrantes acompanha as proporções do crescimento

rápido. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e Turismo (Semdestur) estima que, em dois anos, a população saltou dos 380 mil habitantes estimados pelo IBGE para 500 mil, embora ainda não haja recenseamentos consolidados.

O efeito colateral que mais incomoda os moradores é o aquecimento do mercado imobiliário, que elevou às alturas os preços de compra e aluguel. Um morador conta que buscou financiamento para um imóvel avaliado pela Caixa Econômica Federal em R\$ 25 mil. A Caixa usa parâmetros nacionais, mas o proprietário não quer saber de conversa por menos de R\$ 100 mil. O secretário, José Carlos Gadelha, garante que vai entregar 2 mil novas moradias até o final do ano, um respiro que só faz cócegas na população, que não para de crescer.

Não é para o centro, portanto, que caminham os “deserdados”, como diz Meirelles. O distrito de Jaci-Paraná, na periferia de Porto Velho, é que recebe a maior parte dos migrantes, já que é a localidade mais próxima do canteiro de obras de Jirau. Na pensão de Suely Oliveira, há um vaivém de homens ora no fogão, ora na fila do banheiro coletivo. Todos são recém-chegados e todos estão empregados, se não nas usinas, ao menos nas obras da cidade.

No relatório de impacto ambiental (Rima) de Belo Monte, estima-se que só um terço do fluxo populacional esperado deve permanecer na região após a conclusão das obras

O êxodo rural está na origem do espantoso crescimento urbano registrado na Amazônia

“Mas isso aqui vai durar no máximo cinco anos. Depois nós cai (sic) na estrada de novo”, espana um dos rapazes sem levantar os olhos enquanto rói um osso de galinha. Nos dias de folga, relatam os homens, preferem beber na pensão mesmo. “Tem sempre um embaçado”, diz o da galinha, enquanto Suely lamenta a morte recente de um de seus inquilinos. “Dizem que ele passou a mão na bunda de uma mulher e levou facada. Um menino tão bom...”

O Conselho de Moradores de Jaci, criado para cobrar investimentos no local, durou apenas um ano. Três membros já foram assassinados e um fugiu para não morrer. Os relatos são de que os crimes são resultado de uma disputa por terras valorizadas com a chegada das usinas. Três policiais militares foram presos, acusados das mortes. Em Jaci, já chegaram até lojas com vitrine e ar-condicionado, mas delegacia que é bom, nada.

Escondidinha nas sombras de seu quarto, uma caixa de

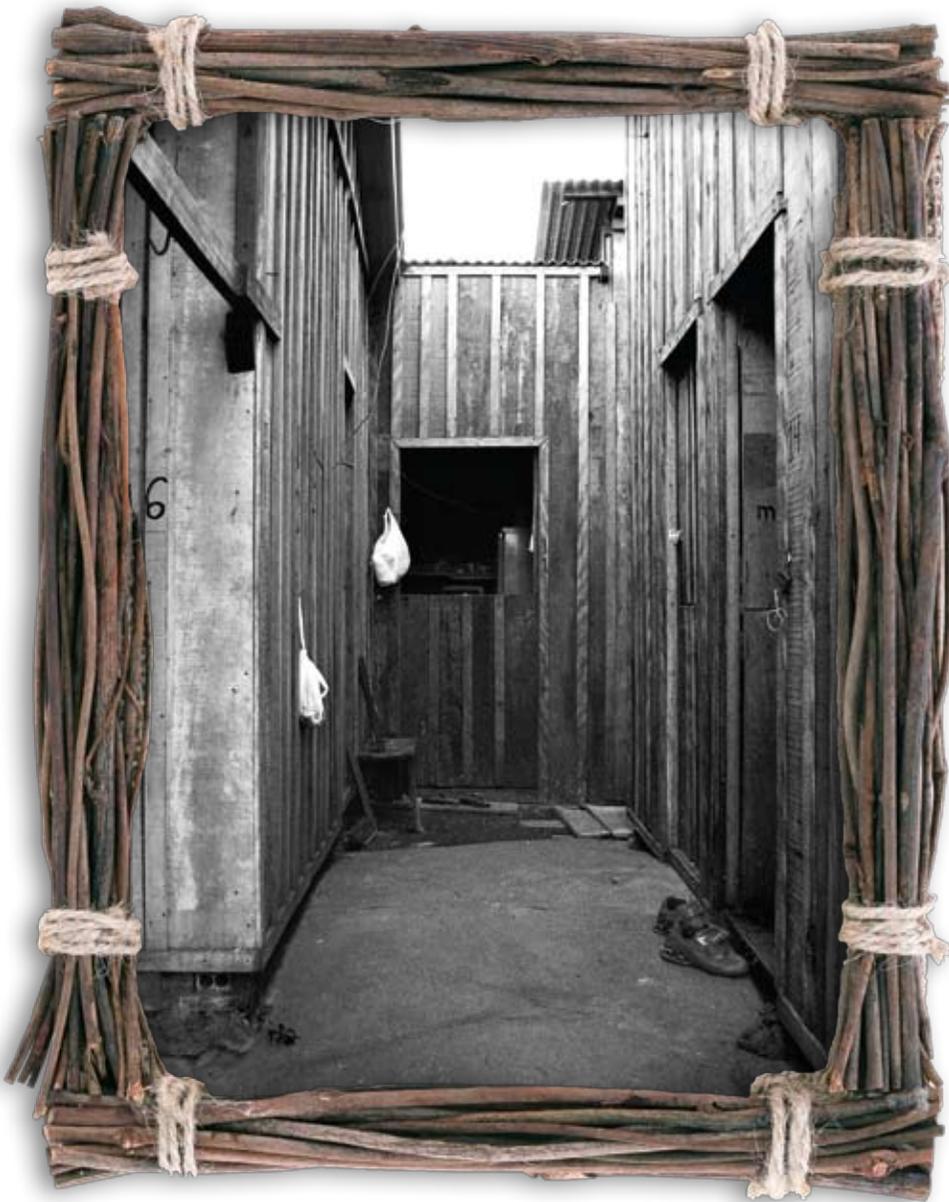
tábuas e telhas de no máximo 6 metros quadrados, sem janelas, Maria Nilza cozinhava uma canja no seu próprio fogareiro. Paga R\$ 200 por mês pela morada. Ela e o marido, instalados em Jaci há quatro dias, já passaram por uma infinidade de municípios em Rondônia e no Acre. Os três filhos adolescentes, todos casados, ficaram pelo caminho. O trabalho na roça dura pouco. “Depois que planta, colhe, acaba o serviço. O jeito é mudar ou pedir, mas o meu marido não gosta de pedir.”

A repórter parece ouvir mentalmente o comentário de Meirelles, antes da viagem a Porto Velho: “Você vai ver, está no DNA das pessoas. Todos esses migrantes já vêm de outra fronteira fracassada”.

O marido conseguiu uma vaga de pedreiro e Maria se preparava para pedir emprego nas usinas. Antes de partir da última cidade, a filha mais velha redigiu por ela uma carta a ser

Na esperança de progresso, o apoio a Belo Monte





Pensão em Jaci-Paraná, que recebe forasteiros em busca de emprego

mencionados a contento” e que as medidas apresentadas, além de insuficientes, “não definem claramente o papel dos agentes responsáveis por sua implementação”.

Três meses depois a licença foi concedida, acompanhada por 40 condicionantes que obrigam, genericamente, à assinatura de convênios e, ainda, que os programas apresentados pelo empreendedor devem garantir indicadores socioeconômicos “sempre melhores que os do marco zero”. Não se sabe como. Ibama e Eletronorte foram convidados a explicar, mas não atenderam o pedido de entrevista até o fechamento desta reportagem.

Para Cecília Ferraz, coordenadora do Programa de Desenvolvimento Local do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVCes), o antes e o depois das obras são momentos cruciais. Seria preciso adiantar recursos para infraestrutura e preparar a população antes da chegada da “fauna acompanhante”. Depois da fase de instalação, diz Cecília, a tendência é secar a fonte dos recursos destinados pelos empreendedores. Daí também a importância de não se apostar todas as fichas nos empregos gerados pelas obras.

“Não adianta fazer curso de soldador, que é uma coisa que vai durar dois ou três anos. Teria que haver investimento na formação das pessoas, em atividades que resistirão ao período da construção. O mais

importante é o planejamento de longo prazo, porque a dinâmica econômica gerada por esses empreendimentos não dura para sempre”, diz Cecília.

A despeito de todas as expectativas, boas ou ruins, é importante reconhecer que todos os grandes investimentos voltados para a região não se destinam, originalmente, ao desenvolvimento local, mas às demandas do País e do mercado. É como diz o professor Luiz Aragon: “A Amazônia é uma invenção. No imaginário nacional é terra de muitas possibilidades e riquezas, mas isso não tem correspondência com a realidade. O que sobrar para a Amazônia fica. Quase nunca sobra nada”.

O professor lembra que até o nome veio de fora, uma referência às Amazonas da mitologia grega. Conta-se que também as mulheres guerreiras costumavam zanzar pelo mundo, entre a Europa e a Ásia. **22**

enviada para um programa de televisão. “Eu pedi uma casa, um lugar pra ficar de vez. Porque a gente, nessa mudança (*sic*), nunca constrói nada na vida.”

De fora para dentro

Embora Altamira e Porto Velho ainda estejam vivenciando apenas o início das transformações, os movimentos socioambientais locais acreditam que os erros de planejamento já apareceram de partida. Em ambos os casos, a reclamação geral é que as condicionantes estabelecidas pelo Ibama para conceder as licenças chutam para a frente questões que já deveriam ter sido equacionadas. Inclusive o aumento populacional.

Em parecer técnico sobre Belo Monte emitido em 23 de novembro do ano passado, os técnicos do Ibama diziam que “os impactos decorrentes do afluxo populacional não foram di-

Letra morta

Assim como as espécies, **línguas são extintas em ritmo acelerado** — levando embora mitos, modelos de raciocínio e visões de mundo



Acada duas semanas morre uma língua — geralmente, de morte morrida, juntamente com a última pessoa capaz de falá-la. Segundo o projeto Enduring Voices **[1]**, que tenta remar contra essa maré, mais da metade das 7 mil línguas faladas hoje provavelmente desaparecerão até 2100. Boa parte delas não tem registros escritos ou gravações.

TOME NOTA

1 Projeto da revista National Geographic, pode ser acessado em www.nationalgeographic.com/mission/enduringvoices

Um dos últimos óbitos linguísticos ocorreu nas Ilhas Andaman, próximas da costa da Índia, com a morte, em janeiro, de Boa Sr, a última mulher que falava a língua Bo **[2]**. Seu povo, provavelmente vindo da África, viveu no arquipélago por 65 mil anos, mas começou a declinar com a chegada dos colonizadores ingleses.

TOME NOTA

2 Acesse uma gravação em que Boa Sr canta na língua Bo em www.survivalinternational.org/news/5509

Com frequência, como nesse exemplo das Ilhas Andaman, o declínio de uma língua está associado à expansão de uma cultura hegemônica. É o caso do ryukyu, língua da

ilha japonesa de Okinawa, que praticamente já não é falada por ninguém com menos de 20 anos. Ou do irlandês, que, embora legitimado como língua oficial da Irlanda e falado por 1 milhão de pessoas, já não é ensinado às crianças como primeira língua e poucos o usam de forma rotineira. É também o que acontece com algumas línguas da família maia, que dominava o Sul do México e boa parte da América Central. Elas ainda são faladas por milhões de pessoas, mas vêm declinando expressivamente.

A sobrevivência da maia e de outras línguas é importante, porque elas são guardiãs de uma fração da herança cultural que não pode ser traduzida. Com ela vão-se mitos, estruturas gramaticais, vocabulário, um determinado modelo de raciocínio, uma visão de mundo.

“Quando eu fazia pesquisa de campo no México, encontrei um homem que praticamente já não falava maia”, conta Luisa Maffi, diretora da Terralingua (www.terralingua.org), uma organização de linguistas, biólogos e antropólogos que trabalha pela conservação de línguas ameaçadas. “Esse homem teve de levar a filha de 2 anos para tratar uma diarreia violenta

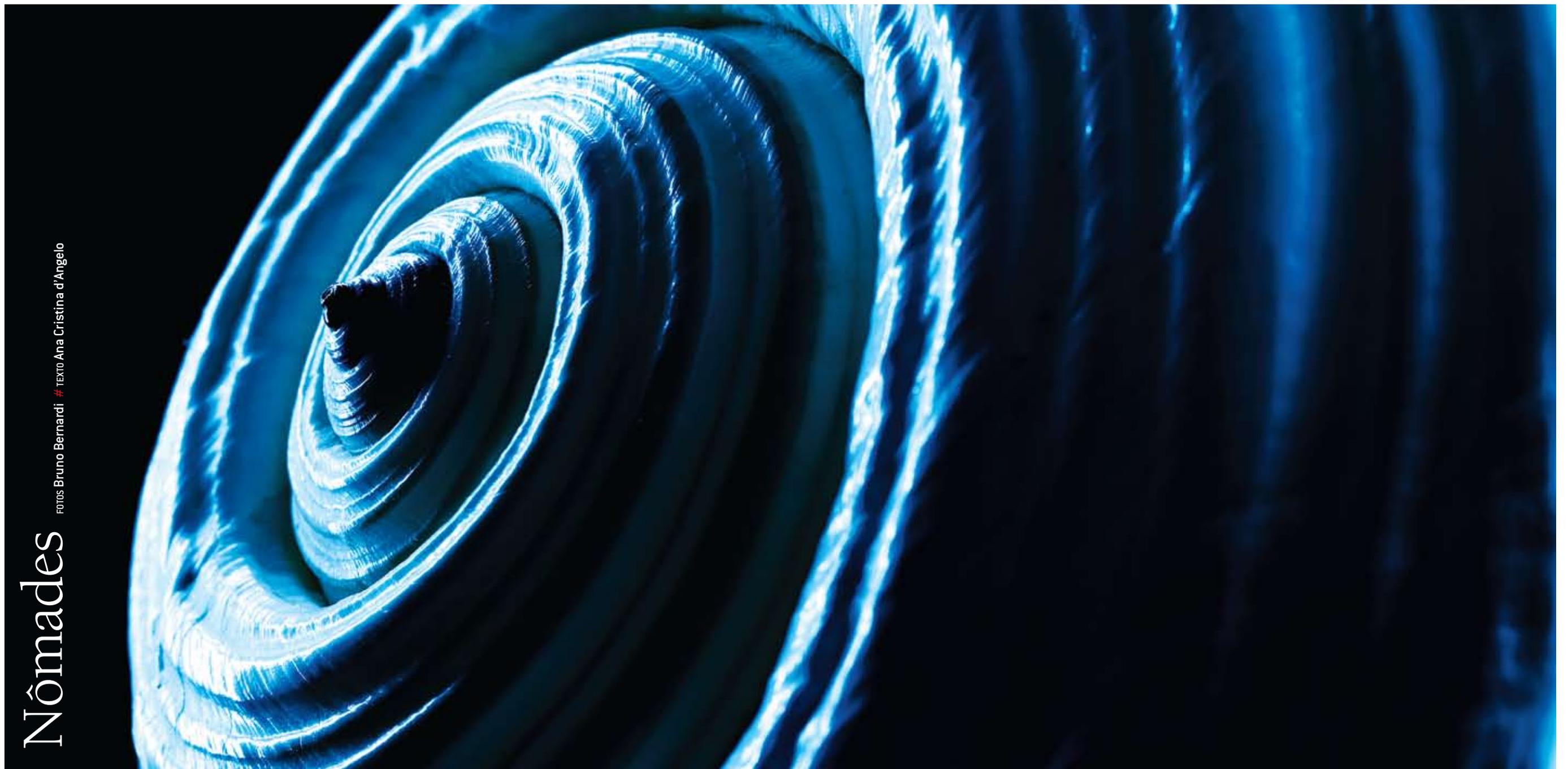
numa clínica de outra cidade, porque já não sabia a expressão *yakan k'ulub wamal* — o nome maia de uma planta que poderia curá-la. Essa planta provavelmente crescia no quintal de sua casa.” A história, contada tempos atrás numa reportagem do *The New York Times*, ilustra como a perda de uma língua pode ter um impacto real, não meramente sentimental.

Dá para evitar a perda da diversidade linguística? Segundo o projeto Enduring Voices, da *National Geographic*, sim. Mas isso depende de um investimento substancial em programas educacionais, na elaboração de dicionários e no registro da tradição oral, mantida pelos mais velhos de cada comunidade.

O uso da tecnologia para salvar a memória de línguas moribundas é o tema de *The Linguists*, filme lançado no festival de cinema independente de Sundance dois anos atrás. Nesse documentário, David Harrison e Gregory Anderson visitam lugares remotos, de câmera e gravador em punho, em expedições linguísticas. Na Sibéria, por exemplo, eles procuram em vão por alguém que falasse o chulym médio, língua de nômades descendentes dos tártaros, até descobrir que o seu motorista, que até então negava tal conhecimento, revela a sua fluência na língua. Banido por Stalin, que queria unificar a linguagem da União Soviética à força, o chulym médio é falado hoje por poucas dezenas de pessoas.

“O destino das línguas está interligado ao das espécies, que enfrentam um ritmo de extinção sem paralelo”, escreveu, semanas atrás, David Harrison, em um artigo para a BBC. “O conhecimento científico nas duas áreas é comparável. Cerca de 80% das espécies de plantas e animais ainda não foram descritas e o mesmo vale para as línguas.” Por isso, conclui Harrison, é preciso injetar vitalidade nas línguas hoje isoladas. “Um habitante de uma ilha do Estreito de Torres, na Austrália, me disse que, **para que a sua língua sobreviva, ela precisa se tornar relevante à sociedade atual**”, escreve o linguista. “É preciso criar novas palavras, como uma que identifique um computador.”

Modernizar para não morrer é a palavra de ordem para que o maia, o ryukyu ou o irlandês não virem uma vaga lembrança. **22**

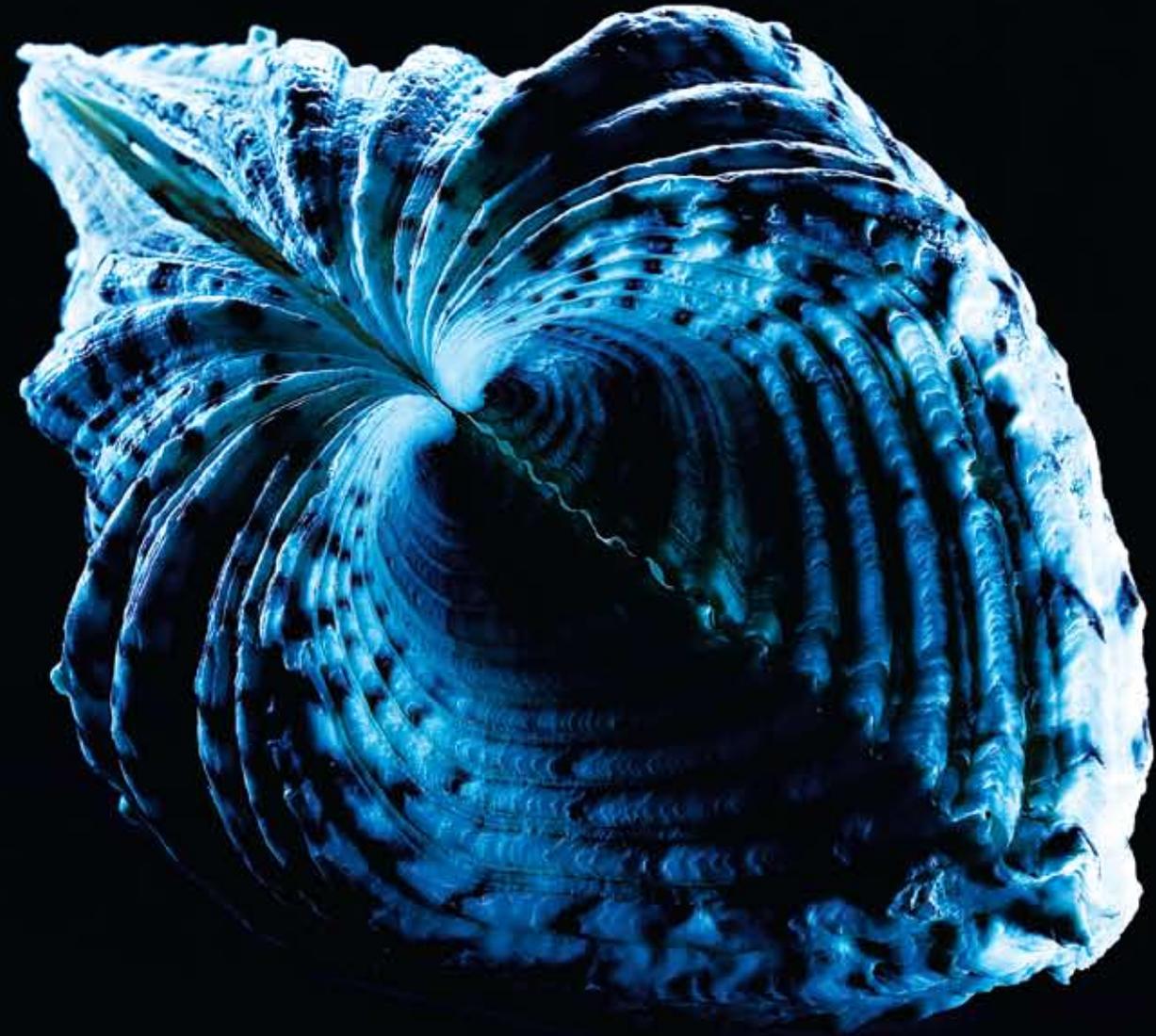


Nômades

FOTOS Bruno Bernardi # TEXTO Ana Cristina d'Angelo

Estar a caminho. O movimento é o princípio e o fim dos animais que vivem numa concha. Eles levam a casa neste nomadismo constante da sua natureza. A série de conchas de Bruno Bernardi brinda a tradição milenar espiritual do taoismo (o caminho, o caminhante e o ato de caminhar), mas não aparenta nada no plano racional. São sequências de conchas desprovidas de rosto, psicologia ou metáfora. A concha pura e simples e perfeita em sua existência natural só pode virar algo na intuição do olhar inconsciente de cada um. Mas não haverá resposta. A única coisa que o caminho pode lhe oferecer é ele próprio. A concha pode fazer ouvir o mar. 





IMIGRANTES IMIGRANTES RETTORNANTES

RELATO



Os aborígenes, imigrantes originais, consideram a data nacional, o Australia Day, como o Dia da Invasão

Tem quem veio pra ficar, quem vem e

POR Flavia Pardini, de Perth # FOTOS Eric Tohver

A primeira língua que ouvi quando cheguei na que seria minha casa em Western Australia, em abril de 2007, foi italiano. Uma corrente de animação desceu pela espinha, afinal, filha de imigrantes italianos, embora emigrada duas vezes, a Itália ainda é para mim como uma segunda pátria. Do outro lado da rua habitam vários senhores e senhoras italianos, que, a despeito de muitos anos longe de sua terra, mantêm tradições, costumes, dialetos.

Eu vinha de três anos residindo no Brasil, depois de quatro nos Estados Unidos, país de origem do meu marido, e onde aprendi que, mesmo que não se sinta imigrante, você é visto como tal. Em uma das revisões médicas – de várias que imigrantes têm de passar para ser aceitos em seus novos países –, o médico notou um furo no meu sapato e me chamou de “pobre imigrante”. Ironia à parte, nunca tinha pensado sobre mim mesma dessa maneira, afinal deixei o Brasil por opção, para estar com minha cara-metade. Imigrante, na minha concepção, era alguém forçado pelas circunstâncias a partir para uma nova

quer voltar, mas **um em cada quatro residentes na Austrália** é forasteiro

terra. Meus avós, por exemplo, decidiram transferir a família para o Brasil logo após a Segunda Guerra Mundial, quando a depressão tomou conta da Europa. Tantos como eles rumaram para a Oceania, e ficaram.

A mudança para a Austrália de novo veio sem a sensação de que estávamos imigrando: tratava-se só de aceitar uma oferta para que meu marido lecionasse na universidade aqui. Com o tempo, percebemos que nossos conhecidos eram estrangeiros também, a maioria vindos da Europa, alguns poucos de outras partes. Difícil romper a barreira das impressões, forjar amizades com os australianos e, assim, mais uma vez me dou conta de ser vista como imigrante.

Ao longo do tempo, vemos gente ir e vir de acordo com as marés dos mercados, as forças das economias, desastres naturais, acontecimentos familiares, o que seja. Hoje, um de cada quatro residentes na Austrália nasceu no estrangeiro, mas o próprio Departamento de Imigração admite que nem todos ficarão permanentemente como meus vizinhos italianos, imigrados

de outras épocas. Se para os australianos de raiz – ingleses e irlandeses há tempos extirpados de suas terras – ainda somos os “pobres imigrantes”, minha impressão é de fazer parte de um enorme contingente de itinerantes.

Os originais

A sensação de itinerância é forte na Austrália talvez porque a imigração ainda seja assunto que levanta emoções por aqui. Não me esqueço do dia em que vi pela primeira vez, colado em um carro no estacionamento de um *shopping center* perto de casa, um adesivo com o contorno do mapa da Austrália e os dizeres: “*F.. off, we’re full*”. Em uma tentativa de tradução menos chula, significa: “Vá embora, estamos cheios”. A reação imediata é pensar duas vezes se este é o país para se estabelecer definitivamente.

A realidade é que a Austrália é uma nação de imigrantes. A começar pelos aborígenes que, a despeito do nome, teriam desembarcado por aqui há dezenas de milhares de anos – as

O crescimento da economia demanda mais imigrantes, mas os ambientalistas temem pela sustentabilidade dos recursos naturais



estimativas variam de 20 mil a 60 mil –, vindos do **Arquipélago Malaio**, que hoje engloba partes da Indonésia, Brunei, Timor Leste, Malásia, Filipinas e Cingapura. Só no fim do século XVIII teve início a colonização europeia e, com ela, a grande onda de imigração britânica.

Em 26 de janeiro de 1788, atracou no que é hoje a cidade de Sydney a chamada Primeira Frota, trazendo condenados para instituir uma colônia penal. Muitos outros se seguiriam, mas australiano nenhum gosta de ouvir dizer que é descendente de prisioneiros. Hoje, o dia 26 de janeiro é celebrado como Australia Day, embora os aborígenes considerem a data como Invasion Day. Este ano, durante a queima de fogos que toma boa parte de uma hora durante o Australia Day, fiquei imaginando como devem se sentir os imigrantes originais ao ver tão exuberante celebração.

A demanda por detentos e condenados oriundos do outro lado do mundo só amainou quando, em 1851, descobriu-se ouro em New South Wales e a febre espalhou-se pelo país. De uma hora para outra, a Austrália se transformou de colônia penal em terra da oportunidade, com centenas de milhares de pessoas vindas de todos os cantos. Os chineses imigraram em massa e sofreram a discriminação na pele – a grande maioria retornou à China. Apesar disso um dos elementos mais sólidos que restou dessa época é a noção de *mateship* – a camaradagem entre os aventureiros que saíram país afora cavando por ouro –, hoje considerada traço da identidade nacional.

Povoar ou perecer

A partir de 1901, ficou claro quem eram os *mates*. O que até então eram seis colônias britânicas se juntaram para formar a federação australiana, que imediatamente adotou uma política de imigração “só para brancos”. Não estava escrito na lei com todas as letras, mas o jeito que se deu para evitar a entrada de gente indesejada foi a instituição de um teste no ato do desembarque: um ditado de 50 palavras em uma língua europeia ou à escolha do agente de alfândega do momento. Se o candidato não fosse europeu, a tentativa de imigração invariavelmente acabava em deportação por analfabetismo. Mas, no caso dos europeus, o governo australiano até pagava as passagens e prometia uma terra de oportunidades e futuro – especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando o lema era “povoar ou perecer”.

A política de “só brancos” foi oficialmente desmantelada no início dos anos 1970 e, gradualmente, substituída por uma de multiculturalismo. Mas os ecos que deixou puderam ser ouvidos por muito tempo. Faz pouco descobri que, em 1996, os australianos puderam votar em um partido chamado One Nation, formado por uma ex-proprietária de restaurante *fish-and-chips* do estado de Queensland, Pauline Hanson, que ganhou assento no Senado com uma campanha anti-imigração. Hanson personifica os rumores que se ouve, tempos em tempos, de que a Austrália vai ser invadida por asiáticos, que não se integram ao restante da população e mantêm suas línguas e seus costumes.

Que diferença faz 15 anos, porém. Há poucos dias o jornal estampava a notícia de que Hanson, que perdeu uma sucessão de eleições nos últimos anos, decidiu emigrar de volta para a terra de seus avós, a Inglaterra. Resta saber como será recebida como imigrante por lá. Milhares de asiáticos e outros forasteiros devem respirar aliviados por aqui.

Como resultado do multiculturalismo e das demandas do mercado de trabalho – é mais fácil imigrar se você fala inglês, tem competência específica e, melhor ainda, um empregador te esperando –, a Austrália é hoje um dos países mais diversos etnicamente. Isso não quer dizer que a interação entre tantas etnias seja tranquila, ou mesmo pacífica. Em 2009, uma série de atentados contra estudantes indianos e um *continuum* de barcos de refugiados – em grande parte asiáticos – chegando em águas australianas reacenderam o debate sobre imigração. Sete milhões de pessoas imigraram para a Austrália desde 1945 – de quantos imigrantes a Austrália ainda precisa?

Quanto são muitos?

Um relatório lançado em fevereiro pelo governo projeta que a população vai crescer dos atuais 22 milhões para 35,9 milhões em 2050, a maior parte devido à imigração. As novas chegadas compensam, em parte, o envelhecimento da população que já estava aqui, mas, como outros países desenvolvidos, a Austrália precisa custear assistência de saúde e aposentadoria para uma crescente massa de idosos. Também é difícil manter a economia sempre crescendo se, sem imigrantes, a força de trabalho diminui a olhos vistos.

De outro lado, as mudanças climáticas prometem tornar ainda mais seco o que já é o continente mais seco habitado.

Os ambientalistas e suas previsões catastróficas estão quase no posto de inimigo número 1 dos que defendem uma Austrália aberta aos imigrantes e multicultural – segundo estes, a questão ambiental é apenas desculpa para restringir a entrada e trazer apenas os poucos imigrantes que se deseja.

Enquanto ambos os lados – pró e contra imigração – se digladiam, para imigrantes e itinerantes como nós a tarefa é de adaptação. Traz imenso consolo ver que tem gente que, para equilibrar, prefere exibir colado no carro um adesivo que diz: “Venha, sim, temos muito espaço”.

Aprender como funciona a vida de outro povo, com costumes e tradições diferentes, é sempre instigante, mesmo que algumas vezes, frustrante. O sotaque australiano, quase incompreensível no início, aos poucos já me soa quase tão familiar quanto o americano. Carne de canguru entrou para o menu e piquenique e churrasco ao ar livre – pasmem, os parques oferecem churrasqueiras públicas! – viraram favoritos. Tem a preocupação com a água, tão escassa, o incômodo dos verões quentes e secos, mas também a possibilidade fácil de desfrutar de uma natureza única e, se distante o suficiente da cidade, quase intocada. E tem também a visita ao *pub* da esquina, com o *pint* de fim de dia, para jogar conversa fora e, quem sabe, ser chamada de *mate* por alguém.

Mas, talvez como milhares de tantos outros que vieram como imigrantes ou itinerantes, no fundo, o que acalento silenciosamente é, um dia, voltar para casa.

Hoje é mais fácil conseguir imigrar se você fala inglês, tem competência específica e emprego certo, **mas até 1970 era preciso ter a tez branca**

Risco fundamentado

A ameaça nuclear é maior do que julga a nossa **temerária despreocupação**

Vários leitores estranharam a importância que foi dada ao problema da proliferação de armas nucleares no livro *Mundo em Transe*, lançado em dezembro [Ed. Autores Associados]. Em comentários que revelam o quanto é comum, no Brasil, a temerária despreocupação com essa questão. Por isso, parece oportuno que sejam feitas aqui três recomendações de leitura.

Em 2005 foi publicado pela Companhia das Letras o livro *Hora Final – Alerta de um Cientista: o desastre ambiental ameaça o futuro da humanidade*, de Sir Martin Rees, professor de Cosmologia na Universidade de Cambridge, membro do King's College e astrônomo real do Reino Unido. Ele afirma que a chance de a humanidade sobreviver até o fim deste século não passa de 50%.

Por isso, o intuito do livro é alertar sobre a responsabilidade de todos no sentido de evitar que avanços tecnológicos causem o fim da espécie humana: "O tema desse livro é: a humanidade está em maior perigo do que esteve em qualquer outra fase de sua história. O cosmos mais amplo tem um futuro potencial que poderia ser infinito. Mas serão essas vastas extensões de tempo preenchidas com vida ou ficarão vazias, como os primeiros mares estéreis da Terra? A escolha pode depender de nós, neste século".

Se depois de conhecer os argumentos de Rees sobre o perigo nuclear alguém

achá-lo catastrofista e continuar a dar pouca importância para esse risco, então gostará muito de outro, bem otimista, ao menos sobre o próximo decênio. *O Mundo em 2020 – Poder, cultura e prosperidade: uma visão do futuro*, do também britânico Hamish McRae, especialista em economia e editor do jornal *The Independent*, já havia sido publicado em 1998 pela Editora Record.

Depois de garantir que até 2020 não haverá conflito nuclear geral, admite que é muito grande a possibilidade de que seja detonada alguma "modesta" bomba nuclear. "Vários países instáveis têm ou estão tendo capacidade de construir armas atômicas. Seria reconfortante acreditar que, diante de tais ameaças, o mundo industrial fosse revelá-las e unir-se para evitar a catástrofe. Mas talvez isso esteja fora da realidade numa era em que a tecnologia está com cinquenta anos de idade e é relativamente fácil de ser adquirida."

A terceira sugestão é sobre uma previsão ainda mais otimista, além de mais ousada. Em 2009, a editora Best Business publicou o livro *Os Próximos 100 Anos – Uma previsão para o século XXI*, de **George Friedman**.

Apesar de prever uma terrível guerra mundial para meados do século, o autor garante que mesmo nela não haverá uso dos arsenais nucleares.

Ele acha que essas armas perderão

importância. Usá-las seria necessariamente um suicídio nacional, pois isso certamente provocaria um contra-ataque ainda pior. Em vez disso, poderá ser muito mais decisivo o domínio do espaço. Segundo Friedman, os Estados Unidos criarão (muito secretamente, porque acordos do século XX ainda estarão em vigor) mísseis que poderão ser disparados do espaço a altíssimas velocidades, com efeitos dos mais devastadores.

O fato é que usinas nucleares já existem em 44 países. E que a energia nuclear é 1 milhão de vezes mais eficiente, por quilo, do que explosões químicas. A bomba usada em Oklahoma, que matou 168 pessoas, era equivalente a três toneladas de TNT. Apenas os arsenais nucleares dos Estados Unidos e da antiga União Soviética chegam a essa quantidade de poder explosivo para cada pessoa no mundo.

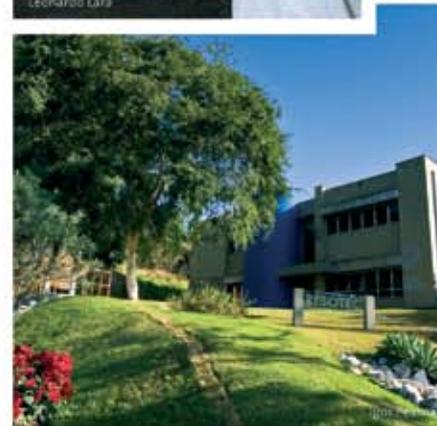
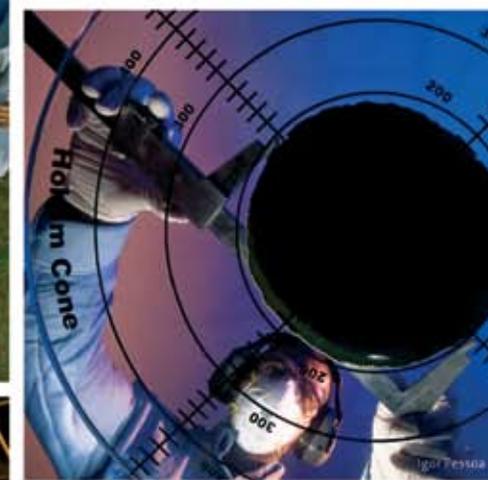
É verdade que as bombas nucleares movidas a plutônio têm de ser acionadas por uma implosão configurada com muita precisão. E essa é uma questão tecnológica que talvez seja desafiante demais para grupos terroristas. Mas a superfície de uma bomba convencional pode ser revestida de plutônio para se obter uma "bomba suja". Uma arma como essa não provocaria mais mortes imediatas que uma grande bomba convencional, mas seriam severos os estragos causados a longo prazo por poluir uma grande área com níveis inaceitáveis de radiação.

De qualquer forma, o maior risco está no urânio enriquecido, pois com esse combustível pode-se provocar uma genuína explosão nuclear. Daí o perigo de que se extravie mesmo uma minúscula fração do arsenal atômico, como uma única das dezenas de milhares de ogivas existentes. Um risco que só realça a absoluta e urgente necessidade de se tomar o máximo cuidado com ele.

Infelizmente não é essa prudência que está conduzindo as relações do governo brasileiro com a aventura iraniana. O que parece indicar que tanto o Itamaraty quanto o presidente Lula estão sendo influenciados pelos setores que há muito fazem *lobby* discreto em favor da criação, também por aqui, de capacidade para uso bélico da energia nuclear. 

Fundador da Stratfor, a maior empresa mundial do setor de inteligência. Mora em Austin, Texas.

Holcim. Liderando a construção de um mundo sustentável.



Geração de valor para clientes, colaboradores e sociedade, desempenho ambiental sustentável e responsabilidade social corporativa são os três pilares que sustentam todas as iniciativas da Holcim, reconhecidas no Brasil e em todo o mundo. Pilares que sustentam também nossos compromissos e reafirmam, em cada atividade, nossa paixão pela construção de um mundo realmente sustentável.

www.holcim.com.br



Líder mundial em cimento, concreto e agregados.

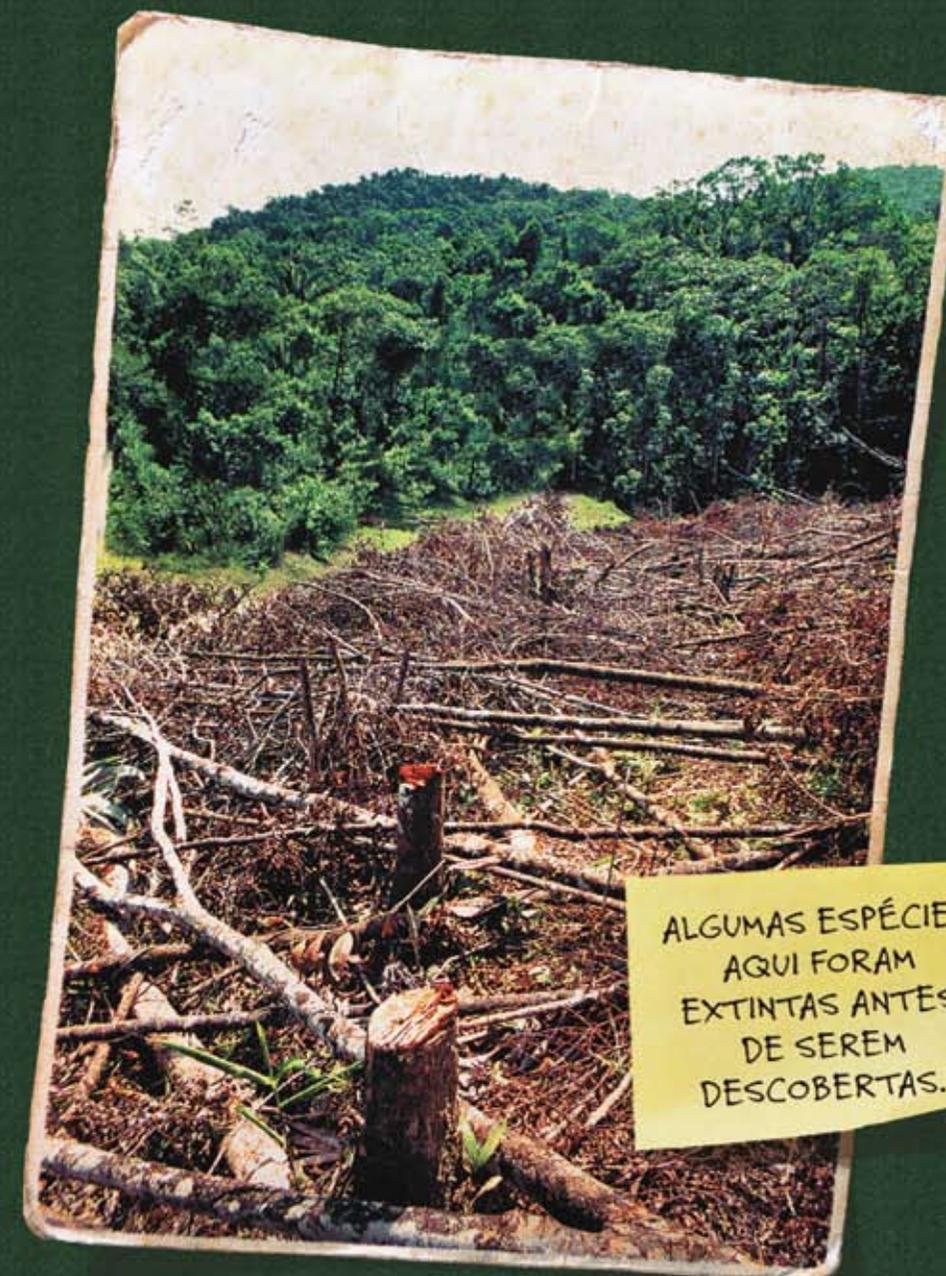




A latinha é joia

Arthur Lewis – neozelandês de pai, paraibano de mãe – levou um tempo brigando com a latinha porque sabia que ela podia virar algum novo objeto bonito e que desse prazer de usar. Quando trabalhava na HStern, Lewis acreditava que joia era só aquilo, pedras preciosas e tradição no *design*. Abriu a cabeça em relação a novos materiais e conceitos: o reaproveitamento, a criatividade e o desafio da transformação.

Ele hoje recorta o fundo das latinhas, lixa, vai polindo e constrói colares, pulseiras, um lindo anel. Na manufatura também entram filtro de café usado, pedaços de plástico, sucatas que viram uma peça única. A nova joia pode ser vista e comprada na feira de artesanato do Shopping Center 3, aos domingos, e na feira da Praça Benedito Calixto, aos sábados, em São Paulo. Alguns catadores trabalham para Arthur vendendo-lhe o fundo da lata já cortado por R\$ 0,10, valor acima do que pagam as cooperativas pelo alumínio amassado. Em breve, a ambição de Arthur é aproveitar a lata inteira e expandir seus saberes Brasil a fora. [vz](#)



A nossa riqueza ecológica representa uma das maiores fontes de vida do planeta. Infelizmente, ela está sob sérias ameaças, sendo reduzida a cada dia que passa.

Para conservar o nosso patrimônio e restaurar áreas degradadas, a The Nature Conservancy (TNC) forma parcerias com empresas privadas, setores do governo e da sociedade. Sempre conciliando desenvolvimento econômico com conservação da natureza, a TNC já ajudou a conservar uma área equivalente a quatro vezes o estado do Rio de Janeiro.

Para saber mais sobre o nosso trabalho, visite o nosso site www.nature.org/brasil

The Nature Conservancy 

Proteger a natureza é preservar a vida.

Fundos Itaú Ecomudança.

Quando você investe seu dinheiro de forma consciente, todos podem ganhar.

Os Fundos Itaú Ecomudança foram criados para que você possa contribuir, através dos seus investimentos financeiros, de forma diferente para o combate ao aquecimento global. Esses fundos destinam 30% de sua taxa de administração para o financiamento de projetos de redução de emissão de gases que provocam o efeito estufa.

Saiba mais em www.itaú.com.br/ecomudanca



© 2013 Itaú



A presente instituição adereu ao Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimento.

Fundos de investimento não contam com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Recomendamos sempre a leitura do prospecto e do regulamento do fundo antes de aplicar seus recursos. Para avaliação da performance do fundo de investimento é recomendável uma análise de período de, no mínimo, 12 meses. O Itaú quer ouvir você. Dúvidas, reclamações e sugestões na sua agência. Se necessário utilize SAC Itaú, todos os dias, 24 horas - 0800 728 0728. Fale conosco: www.itaú.com.br. Se não ficar satisfeito com a solução apresentada utilize Ouvidoria Corporativa Itaú - 0800 570 0011 - dias úteis, das 9 às 18h. Caixa Postal nº 67.600. CEP 03162-971. Deficiente auditivo - todos os dias, 24 horas - 0800 722 1722.